

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

---Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de 2013, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, no Auditório da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, sito na Rua Dr. Vasco Moniz, n.º 27/29.-----

---A Sessão teve início pelas vinte e uma horas e cinco minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Período antes da Ordem do Dia.-----

---Ponto 1 – Alteração ao Regimento da Comissão Permanente da Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira;-----

---Ponto 2 – Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia;-----

---Ponto 3 – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – compromissos plurianuais;-----

---Ponto 4 – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – ajuste directo copiadore;-----

---Ponto 5 – Aprovação de proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas;-----

---Ponto 6 – Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano de Actividades, do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia e do Orçamento da Receita e da Despesa, para o ano de 2014.-----

---Período depois da Ordem do Dia, destinado à intervenção do público.-----

---Estiveram presentes:-----

-Pela Coligação Democrática Unitária:-----

Alice Maria das Dores Grazina, 1.ª Secretária da Assembleia de Freguesia;-----

José Miguel Grazina Machado;-----

André Manuel Branco Nunes;-----

Francisco dos Santos Banza;-----

Maria Manuel Pinto Mota Saldanha;-----

Carlos Miguel Pacheco Barroso.-----

-Pelo Partido Socialista:-----

Ana Cristina Simões dos Santos, 2.ª Secretária da Assembleia de Freguesia;-----

Vítor Manuel Batalha Henriques;-----

Ana Maria Câncio Silva Pereira;-----

João Mamede Trindade Abrantes;-----

Ricardo da Silva Vaz Teixeira.-----

-Pela Coligação "Novo Rumo":-----

António José de Matos Oliveira, Presidente da Assembleia de Freguesia;-----

Miguel Ângelo da Silva Morgado Falcão.-----

-Pela Junta de Freguesia:-----

Mário Manuel Calado dos Santos, Presidente;-----

João Manuel de Oliveira Pereira da Conceição, Secretário;-----

Manuel António Fachada Cavacas, Tesoureiro;-----

Maria Isabel Gomes da Costa Barbosa, Vogal;-----

Isabel Alexandra da Silva Brito Fonseca, Vogal.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia começou por cumprimentar o público presente e comunicação social, desejando votos de bom trabalho ao Executivo e todos os eleitos, em prol dos cidadãos.-----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

---De seguida, foi colocada à discussão a acta da Sessão Ordinária de 13 de Setembro.-----

---Visto não haver pedidos de intervenção, a acta foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com 3 votos a favor e 10 abstenções.-----

---Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. José Machado que passou a ler um Voto de Pesar pelo falecimento de Nelson Mandela (EM ANEXO).-----

---Foi cumprido um minuto de silêncio em memória de Nelson Mandela.-----

---Interveio a Sr.ª Ana Câncio dizendo que foi contactada pela comunicação social em relação a um assunto que gostaria de ver esclarecido, até porque as notícias que saíram em dois órgãos de comunicação regionais não são idênticas, havendo uma série de discrepâncias sobre as reclamações e pedidos que, supostamente, foram encontrados sem resposta por este Executivo. Gostaria de saber se este número de quatrocentas reclamações diz respeito a estes dois anos de mandato. Gostaria de saber se não foram registadas, tal como é dito num dos órgãos de comunicação social, nem dada resposta ou se não foram tratadas pelos serviços como diz a informação do Presidente. Pretende saber a que é que se refere exactamente e como é que se chegou a esse número.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que a questão colocada faz parte da informação escrita do Presidente do Executivo. Assim, questionou a bancada do PS se mantém como questão colocada neste momento ou se quer que seja respondido aquando da apreciação da informação escrita do Sr. Presidente.-----

---A Sr.ª Ana Câncio disse que foi contactada pela comunicação social como presidente do anterior executivo e gostaria de ver o assunto tratado neste momento.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia irá deixar ocorrer as restantes intervenções do período antes da ordem do dia e, no final, o Sr. Presidente da Junta responderá a todas as questões levantadas.-----

---Foi dada a palavra à Sr.ª Maria Saldanha que passou a ler uma Moção sobre o Orçamento de Estado para 2014 (EM ANEXO).-----

---Interveio o Sr. Ricardo Teixeira que cumprimentou todos os presentes, desejando que esta elevada participação se mantenha ao longo dos próximos quatro anos deste mandato. Congratulou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia pela sua eleição para este cargo, assim como o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia pela unanimidade a que se assistiu para a sua eleição. A eleição da Mesa coloca mais alta a fasquia na condução dos trabalhos desta Assembleia. A grande maioria das linhas de orientação das várias candidaturas são semelhantes, o que será garantia de que trabalharão quase sempre em sintonia, em prol dos fregueses de Vila Franca de Xira. Referiu ainda que o Sr. Presidente convocou no dia 05 uma sessão com pontos que foram aprovados em reunião de Junta de dia 11, ou seja, seis dias depois. Na preparação desta Assembleia recuperou a acta de Junho de 2013 em que os trabalhos foram suspensos porque, na altura, o Sr. António Matos partilhou da opinião da bancada da CDU e do BE de que não tinham tido tempo para analisar a documentação. Na altura, a documentação tinha sido distribuída numa 3.ª feira, para uma sessão na 2.ª feira seguinte. Desta feita, a documentação foi entregue na 5.ª feira para uma sessão na 2.ª feira. Sabe o difícil que é preparar estes documentos, pois passaram por essa dificuldade nos últimos dois anos. Gostaria que esta crítica construtiva pudesse servir para melhorar a distribuição da documentação e a organização das próximas sessões da Assembleia de Freguesia. Também na constituição dos pontos e na documentação que lhes é disponibilizada, há um conjunto de pontos que não lhe parece devidamente sustentados para poderem ser alvo da análise e votação nesta Assembleia até porque

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

nalguns casos, em sua opinião, há questões de legalidade que não são devidamente respeitadas. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Junta se tem alguma indicação relativamente a um parque de estacionamento/venda de veículos automóveis junto à rotunda de acesso ao Hospital, na medida em que, em tempos, aquele espaço esteve definido para a construção de um motel. Recentemente aconteceu uma situação semelhante em Alverca que se veio depois a perceber que não estava devidamente licenciada. A sua dúvida era se, quanto a este caso, a Junta de Freguesia de Vila Franca tem conhecimento, se está legalizado e se está tudo em conformidade. Gostaria também de perguntar que horário é que a Junta de Freguesia está actualmente a praticar. Percebeu que houve uma alteração em termos do horário de funcionamento de abertura ao público, mas gostaria de perceber se esse horário vai ao encontro daquilo que eram as intenções quer do Executivo, quer dos próprios trabalhadores. A sua dúvida tem a ver com o facto de terem deixado esta questão em aberto na medida em que, com a publicação da lei e a entrada em vigor no dia a seguir às eleições, entenderam, enquanto Executivo então em vigor, que não faria sentido estar a fazer grandes alterações e deixariam para um momento seguinte. Gostaria de saber se o horário das 09h00 às 17h00 é estanque ou se os trabalhadores estão a sair mais tarde, cumprindo ou não as quarenta horas que, lamentavelmente, são consideradas constitucionais. Entrando na informação do Presidente, gostaria de perguntar a ambos os presidentes se a Junta de Freguesia já abordou a sua continuação enquanto associada da Anafre e se sim, se já está na mente de ambos os presidentes a representação enquanto freguesia no congresso nacional tendo em conta que daí sairão as novas listas. Numa altura em que houve uma enorme remodelação dos órgãos dirigentes das várias freguesias, parece-lhe importante estar presente e manifestar uma opinião favorável contra aquilo que têm sido os ataques à autonomia do poder local. Ainda hoje, tendo participado numa acção com o Sr. Secretário de Estado onde esteve também o vogal do Executivo, percebeu as dificuldades que estão para surgir. Gostaria de deixar uma saudação para todos aqueles autarcas e candidatos a autarcas que se apresentaram às eleições em Setembro, mas também para todos aqueles elementos que assumiram o funcionamento no acto eleitoral que, mais uma vez, na freguesia de Vila Franca de Xira correu muito bem. Não tiveram problemas registados nas diversas mesas. Houve de facto uma redução no número de mesas porque na altura lhes pareceu importante. Nos dias que correm, até para se estar ao serviço da população num dia de acto eleitoral, mesmo de forma remunerada, não é nada fácil e daí o PS entender deixar essa saudação especial para esses elementos.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Carlos Barroso que passou a ler uma Moção sobre as obras de conservação do edifício e beneficiação dos arranjos exteriores da Escola EB1 Dr. Sousa Martins (EM ANEXO). De seguida, leu uma Moção sobre o ordenamento do trânsito viário na Rua 28 de Março – Bom Retiro (EM ANEXO).-----

---O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que o Período antes da Ordem do Dia tem uma duração máxima de sessenta minutos, apelando assim à capacidade de síntese de todas as bancadas.-----

---Interveio o Sr. Miguel Falcão que cumprimentou todos os presentes, fazendo votos para que ao longo destes quatro anos todos possam contribuir para a melhoria das condições dos vilafranquenses.-----

---O Sr. André Nunes pediu a palavra para ler uma Moção com o título "Em Defesa das Freguesias e do Poder Local Democrático - Pela Devolução das Freguesias às Populações" (EM ANEXO).-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta que começou por cumprimentar todos

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

os presentes. Respondendo à questão da Sr.ª Ana Câncio relativamente às reclamações, disse que no dia 28 do mês passado a propósito da visita à freguesia, para a qual foi convidado pelo Sr. Presidente da Câmara e onde foi acompanhado pelos elementos do Executivo, pela vereação e alguns técnicos, foi-lhe colocada uma questão sobre as reclamações por um jornal - e já não sabe precisar que jornal - onde explicou que as reclamações tinham sobretudo a ver com limpezas, zonas verdes e caminhos. Se a Sr.ª Ana Câncio quiser que lhe diga em pormenor, terá todo o gosto em fazê-lo. Disse às pessoas que haveria cerca de quatrocentas reclamações que não tinham sido tratadas e isso é confirmado pelos serviços. Se for necessário verem isso com mais pormenor, terá todo o prazer em fornecer essa informação. Não disse mais nada para além daquilo que lhe havia sido passado pelos serviços. Até melhor consideração, não tem razão nenhuma para não acreditar ou duvidar que lhe estivessem a dar uma informação correcta. Não tem muito mais a dizer acerca deste assunto a não ser que, se a Sr.ª Ana Câncio desejar, bem como a bancada do PS, terão todo o prazer em entrar mais em detalhe, no sentido de esclarecerem o melhor possível a situação. Em relação à questão dos carros estacionados na rotunda, a informação que tem é que se trata de um terreno privado e o licenciamento daquele espaço é da responsabilidade da Câmara Municipal. A Junta não tem nada a ver com esse assunto e como tal até estranha que a questão esteja aqui a ser colocada. É um espaço privado e o licenciamento terá sido feito pela Câmara Municipal. Relativamente ao horário, estão a cumprir as quarenta horas semanais. Tiveram uma fase em que foram a única Junta de Freguesia a continuar com as quarenta horas, na linha daquilo que vinha sendo feito pelo anterior Executivo. Fizeram por muito pouco tempo, talvez cinco ou seis dias, o horário das trinta e cinco horas findos os quais voltaram de imediato às quarenta horas, até pela questão da decisão do Tribunal Constitucional. É esse o horário que estão a cumprir até ao momento. De acordo com os funcionários e com o Executivo, voltaram às quarenta horas e estão a fazê-las sem interrupção de hora de almoço, ou seja, os serviços estão abertos durante a hora de almoço. Quanto à questão referente à Anafre, embora as inscrições terminem no final do ano, vão inscrever-se e participar no Congresso até porque consideram que é da maior importância a sua participação.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia, em resposta ao Sr. Ricardo Teixeira, disse que as suas preocupações como Presidente da Assembleia são as mesmas que tinha enquanto eleito. Relativamente à convocatória da reunião, entenderam que o importante era reunir todos os líderes de bancada numa perspectiva de trabalho conjunto para fazerem a alteração do regimento de funcionamento da comissão permanente. Nesse dia, e depois da convocatória sair, foi informado da entrega dos documentos tanto por via electrónica, como por via escrita. Aliás, o Sr. Ricardo Teixeira tem conhecimento desse facto pois enviou um e-mail para a Assembleia de Freguesia e pensa que a resposta tenha sido concreta e objectiva no sentido de poder dar a informação precisa. Se de facto aconteceu qualquer ilegalidade em todo este processo, fica preocupado mas não notou que tenha sido esse o sentido da intervenção do Sr. Ricardo Teixeira.---

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que a lei determina que, no momento em que seja tornada pública a ordem do dia, a documentação deve ser distribuída em simultâneo. Mas a questão nem sequer é essa pois sabem, em particular pelas funções ocupadas nos últimos dois anos, a dificuldade que é elaborar estes documentos. A questão é apenas deixar um alerta, no sentido de tentar que não se repita porque se numa Assembleia de Junho, em que por norma só há a informação do presidente, é fácil fazer a leitura da documentação, numa Assembleia com mais documentos torna-se mais complicado. Estão agendados e foi distribuída documentação nalguns pontos que,

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

no entender da bancada do PS, não estão devidamente sustentados para que possam tomar uma decisão nos termos daquilo que é a legislação aplicável a estes pontos.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que essa também é uma preocupação sua. Vai fazer parte das preocupações da Mesa e com certeza de todos os eleitos e Executivo.--

---Foi então colocada a discussão a Moção referente ao Orçamento de Estado para 2014.-----

---Não havendo pedidos de intervenção, a moção foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da Coligação "Novo Rumo".-----

---Foi colocada a discussão a Moção relativa às obras de conservação do edifício e beneficiação dos arranjos exteriores da Escola EB1 Dr. Sousa Martins.-----

---Não havendo pedidos de intervenção, a moção foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---De seguida, foi colocada a discussão a Moção sobre o ordenamento do trânsito viário na Rua 28 de Março, Bom Retiro.-----

---Visto não haver pedidos de intervenção, a Moção foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Foi colocada a discussão a Moção "Em defesa das freguesias e do poder local democrático – Pela devolução das freguesias às populações".-----

---Não havendo pedidos de intervenção, a moção foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com 11 votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e 2 votos contra da Coligação "Novo Rumo".-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que após uma troca de impressões na reunião de líderes, entendeu a Assembleia de Freguesia fazer com que a intervenção do público fosse cada vez mais cedo, pois por vezes a discussão leva a que a hora se adiante. Assim, irá dar a palavra ao público.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. José Santos que disse que gostaria de falar sobre o trânsito na rua que sobe junto ao mercado do Levante e que vai dar à Rua José Falcão. A Rua José Falcão tem momentos em que parece a E.N. 1. É uma rua por onde passa muito trânsito que não tem necessidade de por ali passar. Gostaria de saber se há possibilidade de, através de informação escrita ou de uma placa, desviar o trânsito para a Alves Redol pois vão dar ao mesmo sítio – os semáforos junto aos Bombeiros. Esta rua também é complicada devido ao CBEI, pois de manhã é uma confusão de carros para deixar as crianças. Não tem estacionamento. Tudo isto cria um problema que merecia uma certa reflexão. Há uma situação de conflito permanente de mau estacionamento porque as pessoas não têm onde deixar os carros. Em alguns locais de Vila Franca, há uma autêntica agressão à acessibilidade do peão e dos deficientes com a colocação de pilaretes. Há uma proliferação de pilaretes. Nalguns casos pensa que foi preguiça mental ou então quiseram despachar alguns pilaretes e colocá-los nalguns sítios. Nalguns casos, de facto, regula o trânsito e disciplina um pouco mas pensa que deveria haver outra reflexão sobre isto. Na Rua Fausto Nunes Dias vive uma população idosa e quando vêm com os sacos das compras ficam muito cansados. Gostaria de saber se haveria possibilidade de colocar um banco nesse local. A inclinação naquela curva é um pouco acentuada para quem está de muletas. Era bom que se conseguisse aligeirar esta situação.-----

---Interveio o Sr. David Nunes referindo que actualmente estão muito na moda as instituições inclusivas, mas apela a que se pratique a construção dessas instituições. A assistência que aqui está hoje, pronuncia que têm condições para criar na freguesia de Vila Franca uma instituição inclusiva. Aconselha a que observem o que aconteceu no Brasil com o Sr. Inácio Lula da Silva e com a criação do PT e, ao nível das freguesias, o

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

que foi construído foram, de facto, as instituições inclusivas. Estão numa freguesia em que poderiam ter muito mais pessoas a assistir. Deveriam promover reuniões sectoriais para discussão com a população de assuntos específicos, o que traz duas vantagens: traz uma legitimidade às atitudes e práticas da Junta de Freguesia que neste modelo actual não tem e traz uma satisfação aos fregueses, pois sentem que a freguesia é deles. Falando de segurança, gostaria de chamar à atenção que no Bom Retiro existem três escolas e é uma parte da cidade que está esquecida. O problema do trânsito com as crianças é na Rua General Humberto Delgado, na Rua Camilo Castelo Branco e não apenas na Rua 28 de Março. Mora junto à escola Dr. Vasco Moniz e costuma levar o neto à Escola Prof. Reynaldo dos Santos. Existe uma falta de segurança muito grande para as crianças e para os cidadãos. Fala-se na Escola Segura, mas raramente se vê os agentes junto a estes núcleos escolares. Junto à Escola Prof. Reynaldo dos Santos há um grande número de beatas e fumadores, mesmo junto à entrada das crianças. Não percebe porque é que as escolas e as associações de pais não repararam que, estando na sociedade em que estão, as crianças têm que estar a suportar o tabaco daqueles professores e contínuos que teimam em ali fumar. Esta semana pintaram de vermelho a passadeira existente junto à Câmara Municipal. Também já pintaram e colocaram pensos higiénicos na estátua do Dr. Luís César Pereira. O vandalismo vai invadindo. Não sabe o que é necessário acontecer mais na freguesia para que as autoridades sejam chamadas à atenção pelos nossos representantes. Depois surgem entrevistas onde o Sr. Comissário diz que a criminalidade está a baixar. As pessoas estão a ser assaltadas em plena luz do dia no casco urbano desta cidade. Ou o cidadão começa a ter que se organizar e a criar equipas para se auto-protoger, pois está a haver uma desresponsabilização dos órgãos que nos representam. É um frequentador da biblioteca de Vila Franca e ficou muito assustado quando leu num jornal da região uma censura à aquisição de um livro. Há um senhor que se arroga o direito de decidir se compra ou não, com critérios da análise do livro que são subjectivos. O livro pode até não prestar, mas esta situação é perigosa. Gostava que os representantes da freguesia indagassem junto da Câmara qual é o estatuto desse senhor, quem é que faz a aquisição dos livros, quem é que faz a triagem e com que critérios. É perigoso, pois já há um senhor que se dá ao direito de exercer censura sobre um livro que foi solicitado pelos leitores. Não devem deixar passar estas situações. Relativamente à varrição no Bom Retiro, disse que sempre que há alguém a varrer bem, desaparece e vem varrer a cidade. A Junta deveria fazer o controlo de execução. Não basta dizer-se que se tem determinado número pessoas adstritas – é preciso alguém passar e ver se essas pessoas estão de facto a fazer o trabalho. Já houve alguns telefonemas para a Junta a reclamar sobre ruas que não estão varridas.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Mário Saldanha que disse que no tabuleiro superior do parque de estacionamento da Quinta da Mina, das doze lâmpadas existentes, dez estão fundidas. Era bom que este problema pudesse ser resolvido, ainda mais agora que anoitece mais cedo. Relativamente ao terreno que começa depois da rotunda da Quinta da Mina, junto ao caminho velho, é um terreno que não é limpo. O problema é de quem é a posse do terreno e ainda não se chegou a nenhuma conclusão. Mesmo não se sabendo de quem é o terreno, se é utilizado publicamente, pensa que a Junta de Freguesia ou alguém de direito, poderá proceder à sua limpeza. É o mínimo que se pode fazer. Entende que o jardim municipal está desolado. Custa-lhe muito que em vez de flores tenham os canteiros cheios de tubinhos. O sítio onde, eventualmente, estariam os pássaros esteticamente é muito bonito mas não funciona.-----

---O Sr. Presidente da Junta, relativamente à questão do trânsito levantada pelo Sr. José Santos, disse que irá analisar a situação colocada e ver até que ponto é possível

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

fazer alguma coisa. Já chegaram a analisar na Junta, até para aligeirar o conflito que por vezes é quase permanente neste troço do CBEI, que no parque do Adro, na primeira hora, houvesse a possibilidade de deixar que as pessoas entrassem sem qualquer tipo de pagamento, desde que não ultrapassassem determinado tempo. Já pensaram nisso e ainda não desistiram completamente da ideia, embora depois trouxesse outro tipo de problemas. A intervenção do Sr. José Santos também lhe suscitou uma questão que lhe foi colocada por outro freguês há dias e que tem a ver com alguma falta de informação e sinalética, no sentido de evitar que camiões grandes entrem inadvertidamente em algumas vias. É indesmentível que esse problema existe e têm que tentar de alguma maneira minorar esses efeitos. Em relação à questão dos pilaretes, confessou que também não é adepto dos mesmos mas eles resolvem algumas situações muito bem. Pilaretes a qualquer preço não, mas está provado que os pilaretes em alguns aspectos resolvem as situações. Na Rua Armando, era com frequência que ali estava um carro estacionado, com os problemas que essa situação trazia. A introdução daqueles pilaretes resolveu de alguma maneira essa situação. Quando estão a falar de pessoas com dificuldade de mobilidade, e se não houver espaço entre a parede e os pilaretes para passar uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebé, é complicado. Na Rua José Dias da Silva, perto da funerária, estão quase sempre carros estacionados. Há dias viu uma senhora que vinha lá a passar com um carrinho de bebé e não havia espaço entre os carros. O mesmo se passa em frente ao Ateneu antigo. Tiveram aqui há poucos dias uma reunião com o Sr. Comandante da PSP e, logo de seguida, tiveram também uma reunião com a polícia de proximidade, com o Chefe Geirinhas, em que estiveram a analisar estas questões. Em relação à Rua Fausto Nunes Dias e à dificuldade das pessoas mais idosas fazerem este percurso, já há lugar para um banco que está a ser executado nas oficinas da Junta de Freguesia. No passeio vai ser também colocado um corrimão. Quanto à intervenção do freguês David Nunes, as questões colocadas são muito pertinentes. Na reunião com a polícia também falaram da segurança nas escolas no sentido de haver o maior acompanhamento possível e têm combinadas reuniões periódicas onde irão fazer o balanço para que melhorem esse acompanhamento da polícia junto das escolas. Em relação à biblioteca, é complicado quando vêm estas questões a serem postas desta forma. É uma questão que tem vindo a ser falada e contestada por muita gente. Não sabe se a Junta irá tomar uma posição relativamente a este assunto ou não. Pensa que a questão está a ser tratada no local próprio e com quem de direito. Relativamente à limpeza do Bom Retiro, não sabe se mudaram ou não o funcionário mas, se o fizeram, não foi com o intuito de prejudicar o nível da limpeza do Bom Retiro. Está lá uma equipa interessante e com alguma capacidade e responsabilidade. De qualquer maneira, vai tomar em consideração a intervenção do Sr. David Nunes. A vassourinha também esteve avariada durante algum tempo o que pode ter contribuído para a maior evidência de algum lixo na rua. Relativamente à iluminação no parque superior da Quinta da Mina, irá dar conta dessa situação à Câmara Municipal. Quanto ao terreno junto ao início do Caminho Velho, pensa que será privado. É um assunto que irá ter em conta e vai ver o que é possível fazer. Quanto ao jardim municipal, não é a Junta que toma conta dele. Se calhar o jardim podia estar melhor e se as coisas não estão a resultar, o melhor seria mudar e tentarem outra fórmula em vez de manter uma situação que, claramente, não está a resultar. O jardim é muito bonito e é pena que não seja desfrutado por tanta gente como seria desejável dada a sua localização e dadas as condições que tem. Não lhe parece impossível que a Junta faça uma nota e envie à Câmara Municipal no sentido de manifestar as preocupações do freguês Mário Saldanha.-----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

---Entrou-se no Ponto 1: Alteração ao Regimento da Comissão Permanente da Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira.-----

---O Sr. Vítor Batalha começou por cumprimentar os presentes. Disse que em sua opinião a redacção do ponto inviabiliza qualquer votação que se queira fazer. O ponto apenas diz alteração ao regimento da comissão permanente. Não pode haver alteração porque não há regimento, uma vez que com as eleições caducou o regimento que estava em vigor. Terá que ser discutido e aprovado um novo regimento.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a questão colocada.-----

---O Sr. José Machado disse que a questão colocada pelo Sr. Vítor Batalha lhe causa algum espanto. Foi analisada em comissão permanente por todos os líderes de bancada, a proposta de alteração ao regimento. Inclusivamente, por sugestão do Sr. Vítor Batalha, foi feita uma alteração em dois dos preceitos que compõem este regimento. Foi de acordo com todos os presentes. Estranha agora que essa questão, que não foi lá colocada, seja agora aqui sugestionada. Este regimento é idêntico ao que o PS apresentou e que vigorou no último mandato. Se vão associar-se a alguns preciosismos em termos de teores literais de normas que, supostamente chegam à comissão permanente e concordam, e depois chegam aqui e desvalorizam, parece-lhe pouco condizente com a discussão que foi tida e que resultou do consenso de todas as bancadas.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que provavelmente o Sr. Vítor Batalha terá uma solução a propor.-----

---O Sr. Vítor Batalha disse que não traz nenhuma solução. Não referiu o teor do documento mas sim o texto constante da ordem de trabalhos que não prevê a votação do documento.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que o que está em causa é a convocatória dizer alteração ao regimento da comissão permanente. A alteração não prevê votação.-

---O Sr. Vítor Batalha disse que não há regimento neste momento.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que se não há regimento neste momento, vão propor um regimento.-----

---Interveio o Sr. João Trindade dizendo que qualquer deliberação que tenha que ser tomada em sede de Assembleia para aprovação deste regimento, deve ser precedida, sob pena de ilegalidade ou mesmo de nulidade, de uma aprovação básica que é da constituição da própria comissão. Não lhe parece que se possa votar um regimento, ainda que comungue daquilo que é dito pelo Sr. Vítor Batalha, sem previamente se votar em sede de Assembleia a constituição ou não da comissão. Pensa não ser possível estar a aprovar um documento que vai reger o trabalho de algo que não existe. Este primeiro ponto deveria também contemplar a deliberação da constituição da comissão e só depois debruçar-se sobre a deliberação de um qualquer regimento que a venha a nortear.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que há um procedimento que deve ser cumprido. Questionou se esse procedimento pode ser levado a cabo nesta Assembleia sob proposta do eleito Sr. João Trindade ou se terão que proceder de outra forma.-----

---O Sr. João Trindade disse que não trouxe qualquer proposta para a forma como o Sr. Presidente da Assembleia deverá resolver esta questão.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que gostaria de saber se, cumprindo com todos os procedimentos que são necessários à constituição de uma comissão permanente que sempre existiu nos mandatos anteriores e que depois será regida por um regimento, qual é o procedimento que devem cumprir.-----

---O Sr. João Trindade disse que não irá fazer nenhuma proposta à Assembleia no que diz respeito à alteração deste ponto. Na opinião da bancada do PS, extinguiu-se com o

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

final do mandato a comissão permanente que foi instituída e que acompanhou. Tendo terminado, terá que se deliberar e essa é uma competência que cabe à própria Assembleia, deixando à consideração do Sr. Presidente o que fazer pois não vê como votar o ponto da forma que está.-----

---O Sr. Miguel Falcão disse que não irá colocar em questão a parte legal pois não é entendido nessa matéria. Julgava que, da ordem de trabalhos, este ponto seria o mais simples e o mais fácil de aprovar até porque todos os líderes de bancada foram convocados para falar sobre este assunto. Inclusive havia uma proposta da bancada da CDU que foi debatida pelo PS e pela Coligação "Novo Rumo". Foram também introduzidas alterações a esse regimento. Se foram todos chamados e se tinham estas questões a levantar, teria sido mais útil levantarem-nas na altura própria. Lamenta que esta questão não tenha sido levantada nessa altura, pois até talvez se tivesse ultrapassado.-----

---O Sr. José Machado disse estranhar este conjunto de intervenções da bancada do PS que respeita, mas com as quais discorda. O Sr. Vítor Batalha esteve presente na reunião de líderes. Todos estiveram na sessão de tomada de posse da Assembleia de Freguesia. Atendendo ao próprio regimento da Assembleia de Freguesia, não tem qualquer referência à eleição da comissão permanente. Parece-lhe um preciosismo estar aqui a fazer uma discussão em torno da questão da eleição da comissão permanente quando os próprios líderes de bancada foram indicados enquanto tal na sessão para qual foram todos eleitos e tomaram posse a título ordinário. A não ser que haja alguma força política que, porventura, não esteja satisfeita com a indicação dos respectivos membros para a comissão permanente, o que estranha, não vê qualquer objectivo com esta discussão que lhe parece inútil tendo em consideração todos os antecedentes. Não estão no âmbito de nenhuma ilegalidade como se pretende fazer crer. O regimento da Assembleia é nisso expresso; a própria lei n.º 75/2013 também reza nesse sentido. A reunião de comissão permanente foi pacífica, e como tal também pensava que este ponto seria o que suscitaria menor discordância e menor divergência no seio desta Assembleia. Porém, é com estupefacção que, uma vez mais, esta situação se coloca. A questão que o PS vem aqui colocar causa estranheza pois estiveram presentes nessa reunião e nada disseram em relação a isso. A deliberação que esta Assembleia vier aqui a tomar hoje não prima pela ilegalidade, nem pela nulidade como se pretende fazer crer. Registam a postura construtiva do PS.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que partilha do espírito construtivo, mas também da indignação. Dizer que este documento agora proposto é igual ao anterior não é verdade. O anterior tinha vinte e um artigos e este tem quinze. Este tem uma ingerência, naquilo que é uma competência directa do Presidente da Assembleia de Freguesia, que é a definição da ordem de trabalhos. Esta proposta não define, por exemplo, se o Presidente tem ou não voto de qualidade. Dirão que remete para a lei, tudo remete para a lei. Eventualmente, também poderiam remeter para a lei o facto de não fazer uma comissão permanente e cada vez que quisessem discutir algum assunto com interesse para a freguesia convocavam uma Assembleia de Freguesia Extraordinária e podiam fazê-lo doze vezes por ano. Convém recordar que esta comissão permanente tem dois anos, foi criada na sequência de uma discussão que foi então levantada pela bancada da CDU. Pela experiência que quatro destes treze elementos têm nos dois mandatos anteriores, e porque o presente se deve fazer caminhando para o futuro mas não esquecendo o passado, a intenção do PS era que o funcionamento da comissão permanente fosse mais profícuo do que aquele que aconteceu nos últimos dois mandatos porque detectaram algumas falhas e procurariam

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

ultrapassá-las. Na sua opinião pessoal, quando a proposta é feita limitando o trabalho da comissão permanente, não estão face àquilo que era o regimento anterior.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia pediu desculpa por interromper mas estão a discutir os artigos do regimento. Segundo a opinião da bancada do PS o regimento terminou com o mandato anterior. Estão a discutir o regimento ou estão a discutir de que forma é que podem chegar à votação do regimento?-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que a questão que se coloca é que, tal como está agendado este ponto, pode discutir a proposta que foi apresentada mas não pode votar pois a ordem de trabalhos não estipula isso. Pode-se discutir a proposta e compará-la com a anterior. Mas tal como está agendado não a pode votar. O regimento da Assembleia de Freguesia tem que ser também alterado. Tem que ser revisto na medida em que a Lei n.º 169/99 foi revogada na sua quase totalidade, entrou em vigor uma nova legislação, há novas competências e portanto, não querendo substituir-se aos seus colegas de bancada, propõe que este ponto seja retirado e que nos próximos três meses os líderes de bancada, a mesa da Assembleia de Freguesia, a Assembleia extraordinária ou o que o Sr. Presidente entender, reúna para discutir e apresentar um novo regimento e nesse âmbito trazer numa próxima sessão uma proposta com alteração à ordem de trabalhos que permita a votação. A bancada do PS está disponível para, não só apresentar esse trabalho, como validar que este regimento seja inserido no regimento da Assembleia de Freguesia e em vez de ter dois documentos, terem só um.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que sendo uma proposta da Mesa da Assembleia e por proposta do eleito Ricardo Teixeira de retirar o ponto, a Mesa retira o ponto.-----

---Entrou-se no Ponto 2: Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.--

---O Sr. Presidente da Junta disse estar disponível para responder às questões apresentadas.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Vítor Batalha que se congratula pela homenagem que a Junta fez, e que está referida no documento, nas comemorações do 50.º aniversário da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira através da distribuição e entrega de uma placa comemorativa dessa data.-----

---O Sr. José Machado disse que congratula algumas das iniciativas que tiveram origem na Junta ou que a Junta apoiou activamente e que vêm descritas na informação escrita. Há alguns pontos que lhe merecem um comentário mais profundo, como por exemplo, o registo de quarenta e sete atendimentos feitos pelo Executivo durante este mês e meio de mandato. Saúda e congratula este número elevadíssimo de atendimentos e o facto de muitos terem ocorrido nos respectivos lugares onde os cidadãos denunciavam as situações ou apresentavam as suas sugestões. É um registo de uma grande proximidade da Junta de Freguesia para com a população. Quanto às quatrocentas reclamações não respondidas apresentadas ao Executivo da Junta, apraz dizer que se os órgãos do poder público reúnem ou recebem quaisquer reclamações ou petições por parte dos seus fregueses, parece-lhe uma questão de respeito pelo cidadão e pelo exercício das funções públicas, responder atempadamente a essas mesmas questões. Parece-lhe irrelevante querer aqui determinar o concreto momento em que estas reclamações começam a ter origem, ou o concreto momento em que elas têm fim. Certo é que o que dá a entender a partir dos documentos escritos, é que essa informação "caiu de pára-quedas" neste novo Executivo. É um aspecto que também regista. Gostaria de saber se estas quatrocentas reclamações podem acarretar alguma consequência desfavorável ou nefasta para aquilo que é a certificação dos serviços e para a qualidade do serviço prestado. É indiscutível que demonstra um

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

desrespeito total pela população, mas em termos de funcionamento quer saber se isto tem algum efeito prático para além desta situação. Segundo a informação escrita, a Junta conseguiu fazer uma recuperação financeira a nível de publicidade, em apenas um mês e meio de mandato, no valor de 46.626.06€ e de ocupação de via pública no valor de 2.651.06€, perfazendo a totalidade de 49.279.12€. Quais os concretos motivos que levam a esta arrecadação financeira desta natureza? Segundo o documento, as licenças estavam caducadas desde 29 de Dezembro de 2011. O PS está tão preocupado com o princípio da ilegalidade, que não deixa de criar alguma estupefacção como é que o Executivo do PS deixa caducar as licenças desde 29/12/2011. Significa isto que, legalmente, a Junta nem podia cobrar despesas de publicidade ou ocupações de via pública a quaisquer pessoas singulares ou colectivas que usufruíssem deste tipo de serviço, não arrecadando receita. Aplauda e saúda os valores que foram recebidos pela Junta, pois numa altura em que o país atravessa graves dificuldades financeiras e em que a Junta se vê a braços com um conjunto enorme de reclamações, é importante haver disponibilidade, vontade e empenho para resolver os problemas mas também dinheiro para poder acudir a algumas dessas situações, com obras, reparações e várias intervenções de diversa ordem. Saúda esta recuperação financeira, não deixando de registar a situação que é aqui clara e patente e para a qual não há qualquer justificação que venha legitimar esta situação de caducidade das licenças administrativas.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que gostaria de saber qual o balanço da visita à freguesia feita com o executivo municipal, facto que não consta da informação escrita. Na página 5, é dito que o Sr. Presidente da Junta foi indicado pela ANAFRE como representante das Freguesias no Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Gostaria de lhe dar os parabéns e de perceber se essa indicação surge da Delegação Distrital de Lisboa ou da Anafre nacional e em que medida uma vez que é em representação das freguesias do concelho, do distrito ou de todas aquelas que estão englobadas pela área de abrangência da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Foi-lhe dito que o Sr. Presidente também foi indicado como representante das freguesias do concelho para o Conselho Municipal de Protecção Civil e assim sendo, parabenizou-o. Relativamente às questões que o líder da bancada da CDU levantou, o PS fará chegar no decurso desta semana dois requerimentos ao Sr. Presidente da Assembleia no sentido de pedir um conjunto de esclarecimentos relativamente a estes dois pontos para que depois possam emitir um juízo de valor mais elevado, uma vez que há aqui algumas incongruências entre aquilo que é a maneira do PS ver a Junta de Freguesia que deixou e aquilo que é aqui dito. Relativamente à ocupação de via pública e publicidade, o texto tal como está escrito não corresponde à verdade e uma vez que não corresponde à verdade quase que se atreveria a fazer um comentário em jeito de satisfação até pela forma como o líder da bancada da CDU colocou a questão. Se de facto o PS conseguiu fazer o brilharete que fez de recuperar a dívida que recuperou num ano, era bom era que a oposição pudesse estar em consonância com o PS permitindo que depois pudessem executar essas verbas com um orçamento que não fosse chumbado. Mas aqui importa dizer que as licenças não estavam caducadas. As licenças foram caducadas pelo Executivo a 29/12/2011 apenas e só naquelas cujos processos iniciais se tinham iniciado ou decorriam do anterior protocolo de delegação de competências, uma vez que houve um novo protocolo aprovado em 2008. Essa informação foi transmitida pelos serviços a um conjunto de operadores que ao longo do ano de 2012 e 2013 foram entregando a documentação que faltava para os seus processos estarem de acordo, quer com a nova legislação, quer com o novo protocolo de delegação de competências. A ideia que se passa aqui é de que houve uma falta de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

cuidado extrema. O que houve foi um conjunto de licenças que foram caducadas, mas não foram todas. No que diz respeito à questão da publicidade, houve uma passagem de informação ao novo Executivo no momento de transição de dossiers e confessa que acha este montante amealhado ao nível de publicidade algo elevado. Daí também o requerimento, pois tem interesse em perceber o que é que da sua ideia mental do trabalho que aqui fizeram lhe está a escapar. Portanto farão esse pedido em requerimento formal ao Sr. Presidente da Assembleia para que depois, provavelmente na Assembleia de Abril, voltem a abordar estas questões. Relativamente à situação financeira, é também um pedido uma vez que na segunda metade do anterior mandato com o PS à frente do Executivo foram sempre disponibilizadas a esta Assembleia os mapas de controle orçamental da receita e da despesa para terem uma noção clara à data daquilo que era a situação financeira da Junta. Fizeram-no na altura porque encontraram uma situação financeira que não era a melhor e assumiram esse compromisso de entregar a documentação. Essa documentação não é obrigatória, mas ainda assim, hoje, na tal formação em que esteve presente, foi sugerido que esses documentos pudessem substituir este quadro da situação financeira que aqui aparece e efectivamente permite, até para a aprovação do orçamento, terem uma noção mais clara dos valores que estão em causa. Gostaria de saber se já houve alguma solicitação da parte da Agência Nacional PROALV relativamente ao programa Grundtvig. Na altura falaram que deveria haver lugar à devolução de verbas à Agência Nacional. Gostaria também de saber, uma vez que a passadeira sobrelevada na Rua Dr. Miguel Bombarda já está concluída, se já foi remetida nova factura à Câmara Municipal para a Junta ser ressarcida dos mil e poucos euros que faltavam da receita de capital deste ano. Questionou ainda se já foi concluído o trabalho de pintura no edifício que seria o Centro Gastronómico e se foi liquidada a segunda tranche dessa despesa. No resultado final da manutenção dos parques infantis, fala-se na visita de acompanhamento à obra e da vistoria final mas não se percebe se, de facto, uma vez que se estava à espera de um escorrega para o parque infantil do Bom Retiro, se o mesmo já foi colocado. O documento faz menção a ter sido iniciado no dia seguinte à tomada de posse, o que se compreende e faz sentido, mas na parte relativa ao fomento, há um conjunto de intervenções anteriores a essa data. Chamou-lhe a atenção não constar aqui um transporte para a Liga dos Amigos do Hospital que tinha sido um compromisso pessoal que tinha assumido com o presidente da associação. Gostaria que lhe confirmassem se esse trabalho foi efectivamente feito ou não. Ainda no âmbito desta listagem do trabalho do Gabinete de Gestão Territorial dar nota da intervenção 570, em que por um contacto pessoal de três moradores no prédio n.º 3 do Largo Águia Sport Club foi abordada a eventual solicitação para que o poste aqui mencionado fosse encostado à parede do prédio. No sítio onde foi colocado dificulta a entrada de carrinhos de bebé e cadeiras de rodas. O hábito tem sido encostar os prumos dos sinais à parede dos prédios, mas foi colocado junto ao lancil o que dificulta a entrada e saída de cadeiras de rodas e de carrinhos de bebé. Registou com satisfação os novos carrinhos de varrição da Junta de Freguesia. Foi um dos trabalhos que apanhou a transição de mandato e havia alguma curiosidade em perceber como é que funcionavam. A Junta em determinado momento lançou-se na confecção e na elaboração dos pilaretes. Agora experimentou o carrinho de varrição. Diria que o resultado é positivo. Quase que se atreve a sugerir que possam fazer daquele exemplo, algo a transpor para outras Juntas de Freguesia. Na página 20 da informação escrita, são mencionadas no ponto 6 as comemorações e efemérides para 2014. Gostaria de saber se há uma ideia em concreto das comemorações e efemérides que vão merecer destaque por parte do Executivo da Junta. No ponto 7, gostaria de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

questionar a razão da recente quebra expositiva, uma vez que à saída do anterior Executivo a informação que tinha é que estavam previstas exposições a seguir às eleições e até ao final do ano. No ponto 8, na segunda linha é referido o termo "ampliou apoios". Apoios em logística, fotocópias, divulgação e criação de imagens já eram dados. Este "ampliou", pressupõe que houve mais qualquer coisa, gostaria de saber o quê. Na página 21, surgiu-lhe uma dúvida no ponto 10, relativa ao 10.º aniversário da sede que entretanto já lhe foi esclarecida. Foram convidados para o lanche evocativo do momento os dois presidentes dos órgãos que então estavam em funções. Gostaria de pedir em nome da bancada do PS, que o Sr. Presidente pudesse ser portador de uma mensagem para todos os trabalhadores que fazem esta casa no seu dia-a-dia, dando-lhes os parabéns pelo mérito e pelo esforço, pela dedicação que colocam em prol do cidadão de Vila Franca de Xira nesta altura em que se comemora uma década de um edifício que diz muito ao PS, mas continua também a dizer muito aos cidadãos de Vila Franca de Xira.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que de facto foi omitida a questão da visita à freguesia realizada no dia 28. Admite que possa ser uma falha. Não foi uma questão muito importante tendo em conta os seus resultados para a freguesia. Deslocaram-se a alguns pontos da freguesia que foram escolhidos pela Câmara Municipal. Foram às obras na Quinta de Santo Amaro, visitaram o local e reconhecidamente está ali uma obra de engenharia de alta qualidade que foi objecto dessa referência por todos os presentes. Foi muito interessante a visita àquele local. Foram também visitar uma urbanização escolhida pelo Sr. Presidente da Câmara – a Urbanização dos Baixinhos, em À-dos-Bispos. Nessa paragem, e a propósito de algumas considerações que o Sr. Presidente fez, resolveu colocar-lhe publicamente a questão de não aceitar novas responsabilidades sem que isso fosse acompanhado do respectivo apoio financeiro. Colocou essa questão porque têm aparecido muitas reclamações, inclusivamente já foi a alguns desses locais falar com os fregueses, nomeadamente da Urbanização da Seta. Colocou ao Sr. Presidente da Câmara a questão das novas urbanizações, pois estão a receber muitas reclamações de falta de tratamento de zonas verdes, falta de extirpação de ervas nos passeios, falta de acompanhamento de questões relacionadas com árvores caídas ou quase a cair e o que estão sempre a dizer às pessoas é que isso não é da responsabilidade da Junta. Não é justo que os fregueses estejam, sem culpa nenhuma, a passar por estas situações e a reclamar, não tendo qualquer resposta, nem vendo os seus problemas resolvidos. Querem saber quais são as intenções da Câmara Municipal. O que o Sr. Presidente da Câmara disse claramente foi que as novas urbanizações iam ser da total responsabilidade da Câmara Municipal. Aí não ficou qualquer dúvida para os presentes de como é que no futuro deveriam responder aos fregueses desses locais. Ainda hoje em À-dos-Bispos foi confrontado por um freguês da Quinta da Seta que lhe colocou esse problema e respondeu-lhe desta forma. Visitaram também a nova biblioteca, tendo sido o local por onde iniciaram a visita. Foram também visitar a Escola Alves Redol e a Escola Prof. Reynaldo dos Santos, tendo sido recebidos pelos respectivos directores. Houve oportunidade de trocaram algumas impressões e demonstrar a disponibilidade para continuarem o trabalho de colaboração com as escolas. Visitaram a fronteira da freguesia com a União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras e o avanço de um aqueduto em frente à sede do Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural da Loja Nova. A visita resumiu-se a estes locais. O que aconteceu foi uma conversa entre si e o Sr. Presidente da Câmara, pois era o único elemento do Executivo da Junta que ia com a comitiva da Câmara, os seus vereadores e técnicos. Foi manifestando ao Sr. Presidente da Câmara algumas preocupações, nomeadamente com a transferência de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

competências. Em relação ao Grundtvig, receberam um ofício dizendo que "(...) do resultado desta análise rigorosa da equipa Grundtvig, remetem-se em anexo as tabelas que resumem a verificação efectuada. Conclui-se que só realizaram actividades locais e não realizaram mobilidades transnacionais. Não enviaram seis voluntários para Itália bem como não acolheram os seis voluntários italianos na Vossa instituição como previsto em candidatura e aprovado em contrato. A vossa instituição não declara qualquer despesa no relatório, o que implica a devolução total do adiantamento de 13.156,80€ já transferidos para esta agência nacional. Esta situação deveria ter sido comunicada previamente a esta agência nacional pois não utilizaram os fundos comunitários atribuídos a este projecto que poderiam ter sido redistribuídos a outras instituições ou indivíduos." O que vão fazer é o que tinha que ser feito: devolver esta importância a quem a reclama por direito. Quanto ao Centro Gastronómico, foram surpreendidos pelos trabalhos que se estavam ali a desenvolver com a pintura encomendada a um artista vilafranquense resultante de uma deliberação de 27 de Setembro. O trabalho já foi pago na sua totalidade. Relativamente aos parques infantis, estão concluídos. Foram montados os equipamentos em falta. No Bom Retiro alguns fregueses questionaram-no acerca da razão pela qual ainda estava fechado, uma vez que esteve um dia ou dois fechado após a montagem do escorrega. Só não foi aberto na altura porque faltava fazer a limpeza de ervas no interior do espaço. Isso já foi feito e o parque já está a funcionar. Em relação à localização do poste no Largo Águia Sport Club, vão ver isso e a situação será resolvida.-----

---O Sr. Presidente da Junta deu a palavra ao Sr. João Conceição que referiu que o lugar no Largo Águia Sport Club foi requerido pelo Sr. Comandante Dias com a indicação para pessoas com incapacidade devido à gravíssima problemática que tem a sua esposa. O Sr. Ricardo Teixeira alertou para a deficiente colocação do sinal e agradece esse reparo. Este Executivo recebeu mais uma carta do Comandante Dias. Já era a terceira comunicação com o anterior Executivo, onde ele solicitava a marcação desse lugar. Era um processo que se arrastava há uns meses. O Sr. Comandante Dias ficou muito satisfeito porque em colaboração com o Eng.º Vitória da Câmara Municipal, a marcação do lugar foi feita e ele viu o seu problema resolvido. Isso é o que devem registar como da maior importância aqui. Registou o facto do Sr. Ricardo Teixeira preocupar-se com o sinal e a sua localização.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que irá transmitir a mensagem do Sr. Ricardo Teixeira aos colaboradores relativamente à passagem dos dez anos da sede. Foi designado na última Assembleia Municipal para ser o representante municipal das Juntas de Freguesia nesse particular, e em relação à Reserva Natural do Estuário do Tejo ainda hoje fez parte da primeira reunião do conselho estratégico. Estes mandatos são apenas de um ano, no próximo ano será outro presidente de uma das Juntas de Freguesia abrangidas por esta área do estuário do Tejo. Foi contactado pela Anafre nesse sentido e aceitou o repto. Fez hoje parte desse primeiro conselho que tinha também uma representante da Câmara Municipal. O que se passou hoje foi a aprovação e a eleição do presidente do conselho que é o Dr. Luís Franco, Presidente da Câmara Municipal de Alcochete. Foi-lhes apresentada documentação sobre o instituto, a qual irá ser enviada para as respectivas juntas e discutiram alguns assuntos, como por exemplo, a alteração ao regimento. Quanto às comemorações e efemérides para 2014, a comissão de organização do centenário do Dr. Vasco Moniz referiu que houve iniciativas que não eram possíveis de realizar este ano e transitaram para o ano que vem. Relativamente à redução de exposições, estão há cerca de dois meses em actividade e não lhe parece que seja uma questão muito importante. Tiveram outro tipo de preocupações neste tempo que mediou a tomada de posse e

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

este momento. Vai verificar se houve de facto uma quebra assim tão grande em relação a exposições que possa merecer alguma preocupação. Quanto à questão da ampliação dos apoios, tem a ver com a melhoria de condições de apoio às escolas e de uma forma geral ao associativismo. Houve, por exemplo, um aumento do número de fotocópias que é agora possível dar e que antes, eventualmente, não haveria essa condição.-----

---A Sr.ª Isabel Barbosa disse que no decorrer deste mês e para o próximo mês já estão propostas algumas actividades. Este mês têm a animação de Natal em que apoiam a Acis. No próximo mês, no dia 07 de Janeiro, vão fazer a apresentação do filme "A Fuga de Peniche", seguida de debate. Na semana de 13 a 18 de Janeiro irão fazer uma apresentação de curtas-metragens, começando com a de Leonor Teles e de David Gonzalez. Convidaram também os alunos do curso de multimédia da Escola Prof. Reynaldo dos Santos que concluíram o ano passado a sua formação, a fazerem uma mostra dos trabalhos que desenvolveram ao longo do curso. Pensa que será uma forma de incentivarem os jovens a continuarem o trabalho realizado e divulgá-lo junto da população. Esta semana, ainda não estão previstos os dias, pois têm que conciliar com a disponibilidade da Leonor Teles e do David Gonzalez, mas vão abrir às escolas fazendo sessões contínuas e, à noite, sessões para o público em geral. Estão também já pensadas as comemorações do 25 de Abril. Em Maio haverá uma exposição com base nas greves de 1944 e em Junho o Dia da Cidade. Vai também haver um concerto de Natal.-----

---O Sr. José Machado disse que em relação à questão da caducidade das licenças, ainda que o Sr. Ricardo Teixeira tenha dado uma configuração diferente dos espaços temporais, isso não determina o facto de as licenças terem caducado. A Junta não teria legitimidade em termos legais para cobrar quaisquer licenças e, como tal, os cofres do erário público viram-se privados destas quantias. Quando a CDU entregou a gestão da Junta de Freguesia porque perdeu as eleições, e retirou daí as suas consequências, em 1997, entregou uma Junta de Freguesia sem qualquer passivo ao PS. O que é certo é que durante estes dezasseis anos houve um acumular de dívida e se foi um brilharete terem diminuído a dívida, esse brilharete foi à custa da população, à custa da diminuição de investimento, diminuição de limpezas e desmatações. Foi à custa de se terem absterido de praticar um conjunto de serviços para os quais não tinham capacidade económica para o fazer. Se o brilharete fosse assim tão bom, o último orçamento da Junta tinha sido aprovado e não o foi. Como bem sabem, geriram o último orçamento em duodécimos. Isso só revela que o sancionamento de que foi aqui objecto esse orçamento. As urnas depois vieram a confirmá-lo e, mesmo em oposição, a bancada da CDU dizia que mais tarde ou mais cedo a eventual apreciação do mérito do mandato em apreço seria efectuada e fez-se. Quanto ao Centro Gastronómico, não coloca em causa a capacidade do artista plástico que é excelente e é reconhecida por todos, inclusivamente é seu amigo pessoal por quem tem grande estima a admiração pela capacidade de trabalho e pelo percurso pessoal. Na sessão da Assembleia de Freguesia de 26 de Junho de 2013 foi aprovada uma moção em que a Junta se abstinha de gastar nem mais um euro para o projecto do Centro Gastronómico. Essa moção foi aprovada com os votos favoráveis da CDU e da Coligação "Novo Rumo" e com os votos contra do PS. Aquilo que aconteceu foi que o PS executou contrariamente àquilo que foi uma moção votada nesta Assembleia de Freguesia, desrespeitando a Assembleia e a população. Isso justifica algum reparo, alguma crítica. O PS que está tão preocupado com o princípio da legalidade, é tempo de assumirem estas responsabilidades. Gostaria de saber quais as eventuais consequências para a certificação dos serviços da Junta de Freguesia em razão do número elevadíssimo de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

reclamações não respondidas. Gostaria de saber se em termos de certificação os serviços continuam a gozar das mesmas licenças por parte das entidades credenciadoras e que habilitam e intitulam estes serviços com qualidade e adequando-os aos padrões de exigência.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que ficou satisfeito por ver o problema do Sr. Comandante Dias resolvido. O morador ficou satisfeito mas também demorou bastante tempo a entregar na Câmara Municipal a documentação que necessitava para sustentar o pedido, e depois demorou também algum tempo para se emitir a licença. A verdade é que o problema se resolveu, mas não se resolveu da melhor maneira porque apesar dos lugares estarem pintados, há um carro sistematicamente estacionado e que impede, uma vez que o lugar não foi pintado com margem de segurança à esquerda e à direita, fazendo fé que existia ali uma caixa onde não seria permitido o estacionamento. A verdade é que está lá um carro estacionado permanentemente há largos dias e que impede o resultado prático daquela intervenção. Aquilo resolver-se-ia com dois pilaretes e aquela caixa ficava sem estacionamento, mas a verdade é que não há lá pilaretes e o carro está lá estacionado. Houve outros residentes daquele prédio que ficaram menos satisfeitos porque o local onde o prumo foi colocado dificulta o acesso ao prédio. Basta encostá-lo à parede que se resolve o problema. Não há outra questão, nem está em causa o processo demorar mais ou menos tempo, de ter sido pedido correcta ou incorrectamente. Não é isso que está em causa. Onde o poste está dificulta o objectivo que o levou a ser lá colocado. Queria ainda responder em defesa da honra, na sequência da intervenção do líder de bancada da CDU. Espera, tendo em conta a afirmação que fez relativamente ao chumbo do orçamento do ano passado, que tenha comparado o orçamento que hoje é proposto com aquele que foi chumbado. A afirmação de que quando a CDU perdeu não deixou passivo, não é verdade face àquilo que consta, quer na documentação que foi deixada, quer na documentação que o PS recebeu na altura. A diferença é esta: o PS constituiu de 2009 a 2011 uma dívida de que não se orgulha, mas pagou-a e não a deixou. Conseguiu pagá-la, é certo que utilizando uma ínfima parte do dinheiro que foi roubado aos subsídios de férias dos trabalhadores. A verdade é que o resto do esforço foi feito à conta do erário da Junta, das receitas criadas pela Junta, que curiosamente não devem merecer da CDU uma crítica tão forte quanto à incapacidade de limpar e gerir, face ao texto que é escrito na primeira página do plano de actividades para 2014. A aposta feita no passado, designadamente na capacitação de recursos humanos e na aquisição de equipamentos, deve continuar a ser a premissa. Isto é um reconhecimento que o trabalho do PS, numa parte muito concreta, merece o reconhecimento da CDU e se assim é, em dois anos eliminaram uma dívida de que não se orgulham mas que efectivamente aconteceu, ao contrário daquilo que a CDU fez quando deixou uma dívida ao PS há alguns anos atrás quando perdeu as eleições. O PS está ciente da sua posição. Estão aqui com um espírito construtivo, um espírito dialogante. Farão as suas perguntas, colocarão as suas dúvidas. As questões que hoje levantou neste ponto que ainda estão a discutir, resultam de compromissos que quer ele, quer a Sr.ª Ana Cândia, enquanto eleitos no Executivo tinham deixado. Estão perfeitamente tranquilos com o passado. E estão disponíveis para trabalharem em prol da freguesia.-----

---O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que em relação à questão das reclamações e da certificação dos serviços, é auditor interno na EDP e é muitas vezes auditado por empresas externas. Naturalmente que este tipo de questões pode suscitar alguns problemas em termos daquilo que é uma certificação de uma Junta. Vão tentar por todos os meios ao seu alcance que isso não se venha a verificar e que consigam, de algum modo, esbater esse efeito nefasto se ele se vier a colocar.-----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

---A Sr.ª Ana Câncio disse que há pouco perguntou qual o universo temporal destas reclamações. Se o universo temporal é, como foi lançado na comunicação social, desde que chegou ao Executivo, já tiveram uma certificação. A primeira certificação foi por auditor externo e não foi levantado nenhum problema a esse nível. Ou as reclamações não estavam devidamente registadas e o auditor não se apercebeu delas, e não estando devidamente registadas não sabe como é que agora apareceram, ou então esse problema não se põe dessa maneira.-----

---Não havendo mais intervenções, entrou-se no Ponto 3: Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – compromissos plurianuais.-----

---O Sr. Manuel Cavacas disse que gostaria de dar uma nota prévia em relação a este ponto. Em termos formais, o ponto deveria contemplar uma cópia da acta da reunião de Junta onde foi aprovada a apresentação desta proposta. Não sabe se pela azáfama destes últimos dias em compilar documentos, deixaram a cópia da acta por anexar. Esta proposta foi aprovada, em termos formais, na reunião de Junta de dia 09. Têm serviços dos quais necessitam constantemente, como por exemplo, a varrição, o tratamento das zonas verdes e a manutenção das fotocopiadoras. Serão cerca de seis a oito contratos em que chega-se a Janeiro precisam dos serviços e muitas vezes não têm um contrato que lhes permita algum desafogo. Estas autorizações genéricas têm basicamente como objectivo a agilização de processos e é uma prática comum – fazem-se anualmente na Câmara e também nos Smas. É o gestor dos processos de aquisição nos Smas e sabe o jeito que dá ter esta autorização prévia e não estarem meses à espera de uma Assembleia para que os mesmos possam ser aprovados e desenvolvidos. Todos os contratos plurianuais, que tenham a sua vigência para além de um ano, têm que ser aprovados em Assembleia. Em vez de se fazer a proposta caso a caso ou quando há um contrato para renovar, a autorização genérica permite balizar um espaço temporal e um espaço quantitativo. Na Câmara Municipal e nos Smas fazem-se anualmente essas propostas à Assembleia Municipal. O ponto 3 e o ponto 4 são praticamente a mesma coisa, mas o ponto 4 tem uma especificidade e tem que ser tratado per si, pois ultrapassa o limite temporal dos 36 meses que é a regra que está imposta pelo CCP no seu artigo 440.º. Mas como em tudo no ordenamento jurídico português há uma excepção que, no caso vertente, consubstancia o interesse da freguesia. Falou-se neste contrato à parte porque de acordo com o orçamento que foi apresentado pela empresa que faz a manutenção às fotocopiadoras, a diferença entre um contrato de 36 meses e um contrato de 48 meses, permite um ganho anual de cerca de 1200€ o que no espaço temporal de 4 anos seriam 4800€ que se iriam pagar a menos. Por isso é que estes dois pontos foram postos de forma diferenciada.-----

---Interveio o Sr. João Trindade dizendo que não estão nem na Câmara, nem nos Smas. Esta proposta de pedido de autorização, que não vem capeada com a deliberação da reunião de Junta, mas que crê que existe, por si só não diz nada. Não diz para que contratos, se por ajuste directo se por contrato, não diz qual o tipo nem em que circunstâncias. Aquilo que lhe parecia lógico era que tivesse o suporte de uma nota justificativa que viria dar cobertura e legalidade àquilo que é o artigo 10.º da Lei n.º 8/2012. Esta lei dos compromissos é uma lei que os obriga a tomar compromisso por aquilo que assumiram e deliberaram. Esta lei dos compromissos gera, caso não seja aquilatada a sua legalidade, responsabilidade civil, criminal e administrativa. Não percebeu a necessidade dos 48 meses na segunda proposta. Não lhe foi dada a hipótese de, com calma e serenidade, poder avaliar as propostas.-----

---A Sr.ª Maria Manuel Mota disse que a locação e aquisição de serviços é que têm plurianualidade e não a aquisição de bens. Não lhe parece que a Junta vá adquirir um

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

bem no início de Dezembro para pagar no início de Janeiro. A lei dos compromissos vai ter alguns constrangimentos atendendo a que, se a Junta quiser contratualizar uma aquisição de bens, tem que submeter sempre à Assembleia de Freguesia, pois está sempre sujeita a que a partir do momento em que ultrapasse o ano económico, esteja sujeita também à aprovação da Assembleia de Freguesia. Daquilo que sabe, 90% dos assuntos que foram à última Assembleia Municipal eram plurianualidades. O artigo 440.º do CCP diz que, desde que justificado, pode ultrapassar os 36 meses, podendo chegar aos 60 meses. Já que uma das justificações da Junta de Freguesia é que vai economizar dinheiro, parece-lhe que não há motivo nenhum para estarem a aprovar algo para 36 meses quando se pode passar para 48.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia informou que no decorrer da discussão do ponto 3, avançou-se para a discussão em conjunto do ponto 4: Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – ajuste directo - copiadores.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que não está aqui em causa o que efectivamente o CCP estabelece, nem a aprovação de um benefício à Junta de Freguesia, até porque no caso concreto do ponto 4 tem a noção de que o contrato de prestação de serviços com as fotocopiadoras foi prolongado num ajuste directo até ao final do ano precisamente para facilitar a mudança de Executivo. Conhecendo o funcionamento dos serviços, entende que lhe digam que a acta da reunião de Junta não estava feita para vir aqui. O problema não é só a questão da acta, o problema é a questão dos documentos que sustentam a proposta. Aceita a justificação dos 48 meses. Mas a justificação é dada tendo em conta uma explicação que não aparece aqui. O Executivo há-de ter remetido a reunião de Junta um conjunto de documentação que sustenta este ponto e essa documentação deveria estar anexa a esta proposta. A proposta data do dia 05, e no dia 09 foi a reunião pública na Loja Nova. Nos termos da Lei n.º 75/2013, a competência para autorizar despesas não é do Presidente, mas sim do Executivo e o Executivo pode delegar no Presidente, mas não tem conhecimento dessa delegação. O que lhes está a ser pedido, quer no ponto 3, quer no ponto 4, é que tomem uma deliberação com base num único documento a que chamam proposta e cuja bondade não questionam, mas não está devidamente explicada e sustentada tendo em conta todas as consequências que advêm de falhas no cumprimento da lei dos compromissos. O próprio Sr. Miguel Falcão, à semelhança do Sr. Cavacas e da Sr.ª Maria Manuel, do ponto de vista profissional tem conhecimento das consequências que o incumprimento da lei pode acarretar. Não está aqui em questão a legalidade ou ilegalidade da proposta. Está, isso sim, o facto de não haver um conjunto de documentos que sustentem a decisão dos eleitos nesta Assembleia de Freguesia. Faltam documentos que suportem a proposta propriamente dita. Enquanto que no ponto 4, percebendo a questão que está colocada, está disponível para um compromisso com o Executivo de fazer chegar a documentação, no ponto 3 por uma questão pessoal, entende que não deve votar favoravelmente uma autorização genérica deste montante. Percebendo do que estão a falar e a explicação do Sr. Cavacas veio ao encontro daquilo que era a sua interpretação do assunto. No entanto, entende que tendo em conta o número de procedimentos, os valores da plurianualidade e até a importância que têm para a freguesia, não há nenhum motivo para que elas não venham a esta casa e não sejam votadas ponto a ponto ou proposta a proposta. Numa sessão da Assembleia de Freguesia de Novembro, na Junta de Freguesia das Avenidas Novas em Lisboa, que é presidida pelo PSD, foi apresentada uma proposta exactamente igual que foi chumbada com os votos contra de todos os partidos, inclusive do PS e da Coligação "Novo Rumo". Foram aduzidos argumentos de um lado e de outro, mas o Presidente da Assembleia de Freguesia além de ser seu

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

camarada pois fez percurso consigo na Juventude Socialista, teve oportunidade de lhe fazer perceber os argumentos expostos. Há um conjunto de questões que suscitam dúvidas quanto à importância da decisão que têm que tomar e que lhe colocam questões quanto a um voto favorável. No ponto 3, não está em condições de votar favoravelmente. No ponto 4, eventualmente se chegarem a um consenso quanto à documentação em falta e possam tomar conhecimento da restante proposta.-----

---O Sr. Manuel Cavacas disse que os contratos que estão aqui em causa são aqueles dos quais falou há pouco – varrição, zonas verdes e manutenção de equipamentos, neste caso as fotocopiadoras. São de 6 a 8 contratos. O único objectivo é a agilização de processos e procedimentos. Quanto à listagem, ainda não sabem os que vão ser feitos desta forma. Anualmente é pedido, depois de efectivados os contratos, uma listagem de todos os contratos que se encontram activos. Pensa que neste momento a Junta não tem nenhum plurianual activo e foi por essa razão que não achou conveniente fazer uma relação dos contratos activos. É óbvio que se calhar daqui a um ano já terão que trazer essa listagem.-----

---O Sr. João Trindade disse que a questão se mantém. Agradece a intenção de os esclarecer o mais possível. O próprio Sr. Manuel Cavacas também não sabe dizer neste momento quantos contratos são, para quando, com que entidades e de que forma. Se o tesoureiro não lhes é capaz de transmitir isso, como é que podem votar? Questionou se têm a pretensão de utilizar esta verba em três ou quatro contratos. Imaginando que a meio da execução de um plurianual aparece uma situação qualquer, podem decidir que afinal aquela verba não vai para ali e pode ser utilizada noutra coisa qualquer.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que de acordo com a linha de actuação deste Executivo, não vai optar por esse tipo de situações.-----

---O Sr. Manuel Cavacas disse que são seis contratos - jardinagem, manutenção das zonas verdes, varrição, manutenção de bermas e caminhos, reestruturação de zonas verdes. Não vão inventar contratos. Os contratos que estão aqui são aqueles que estão ainda activos neste momento. Embora temporalmente não sejam plurianuais, mas são aqueles que estão a pagar. É o tipo de serviços que estão a desempenhar no âmbito do protocolo de delegação de competências. É o tipo de serviços que não podem recusar e têm que os fazer com meios próprios ou utilizando outras empresas. Há ainda o contrato da manutenção das fotocopiadoras que tem um número limite de cópias. E nesse estariam a apontar para um espaço temporal mais dilatado. Isto demora algum tempo pois tem que se fazer a consulta ao mercado.-----

---O Sr. André Nunes disse que a bancada do PS colocou várias questões em relação à eventual legalidade, à eventual moralidade do Executivo. O que gostava de saber é qual vai ser a posição da bancada do PS em relação a estes dois pontos, se vão votar contra ou se vão se abster para que possa perceber se a bancada do PS se vai responsabilizar pelo congelamento de alguns serviços da Junta. Sem esta autorização genérica, o Executivo da Junta terá que congelar alguns serviços que tem e esperar por eventual Assembleia de Freguesia onde se discuta esse contrato plurianual. Gostava de perceber se vão votar contra ou abster-se em relação ao ponto 4 e perceber se vão querer onerar a Junta em mais 1200€ por ano. Pensa que para isto não é preciso ler, basta simplesmente ouvir as pessoas que estão na Junta de Freguesia.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que as posições estão definidas. Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. Apesar da discussão dos pontos 3 e 4 ter sido feita em conjunto, a votação será em separado.-----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que colocou uma questão ao Executivo relativamente ao ponto 4 a qual não foi respondida e essa resposta fará depender o seu sentido de voto.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que não agora, mas vão com certeza fornecer a documentação que a bancada do PS solicita.-----

---Foi então colocado a votação o ponto 3, tendo sido aprovado por maioria com 6 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PS e 2 abstenções da bancada da Coligação "Novo Rumo".-----

---De seguida, foi colocado a votação o ponto 4 tendo sido aprovado por maioria com 9 votos a favor (6 da CDU e 3 do PS) e 3 abstenções (2 da Coligação "Novo Rumo" e 1 do PS).-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que a bancada do PS fará chegar à Mesa da Assembleia até ao final da semana declarações de voto com estes dois pontos.-----

---Entrou-se no Ponto 5: Aprovação de proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas.-----

---O Sr. João Conceição disse que existe um regulamento que está em vigor desde 2011 e sobre o qual foram cobradas taxas de publicidade e ocupação de via pública para efeitos de obras. O Executivo entendeu em reunião de Junta, e após receber alguns agentes económicos nesta área, fazer uma apreciação e chegou à conclusão de que a tabela poderia sofrer uma redução nas taxas mensais cobradas a estas entidades relativamente à secção III (ocupação de via pública com publicidade comercial), alterando os valores até então praticados por novos valores que têm uma redução de 15%. Também reduziria o número de unidades necessárias para obter o preço mais favorável. Têm várias empresas na freguesia que acabavam por ter 10, 11 e 12 painéis para conseguirem ter a taxa mais baixa. As empresas que só tinham capacidade para ter 2 ou 3 painéis, pagavam a taxa mais alta. Isso foi asfixiando as empresas e começaram a surgir dificuldades em pagar as taxas à Junta de Freguesia. O Executivo neste mês e meio conseguiu recuperar muitas taxas de publicidade, pois houve um contacto com todas essas empresas. Receberam representantes das empresas, os quais lhes transmitiram que não pagaram porque a Junta não lhes tinha pedido para pagarem. A directora comercial de uma das empresas reuniu consigo e explicou que teve até problemas com a sua chefia e o seu emprego em risco, e tratase de uma multinacional, porque não conseguiu pagar o ano de 2012 e 2013 até à data que reuniu consigo. Isto apesar de ter tentado mais do que uma vez ser recebida pelo Executivo anterior, que paralisou incompreensivelmente a recepção desses valores. Este Executivo pretende dinamizar as empresas. Existem algumas empresas de publicidade estabelecidas na freguesia. Pretendem dinamizar este tipo de negócio pois as empresas não se podem ir embora. Se se forem embora por as taxas serem muito altas, a Junta de Freguesia sofre e tem problemas financeiros pois é uma parte muito importante da receita que conseguem ter para o dia-a-dia e para algumas intervenções que têm que fazer. Foi nesse âmbito que este Executivo pensou mexer apenas neste ponto em concreto. Era onde tinham taxas muito elevadas relativamente aos outdoors, mini-outdoors e mupis reduzindo em 15% na generalidade dessas taxas. Fizeram também uma segunda alteração no capítulo II, criando uma nova entrada neste suporte publicitário pois as mesmas empresas, sobretudo as mais pequenas, disseram-lhes, e confirmaram-no, que em Vila Franca cobrava-se a mesma taxa tendo ou não publicidade. Não havia no regulamento nada que fizesse a distinção entre a estrutura que estaria apenas a ocupar a via pública mas que não tinha publicidade. Se não tinha publicidade como é que poderia pagar o próprio espaço que tinha? Referiram outros concelhos limítrofes onde essa situação estava acautelada, nomeadamente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Loures e Odivelas onde as mesmas estruturas pagariam uma percentagem do valor total. É também essa alteração que trazem à Assembleia. O protocolo de delegação de competências que vigorou até à entrada deste Executivo foi caducado pela Câmara Municipal e nesse protocolo constava a publicidade e ocupação de via pública. O protocolo foi caducado e a Junta, cumprindo com aquilo que a Câmara Municipal determinou, passou a não emitir licenciamentos, novas publicidades e deixou de fazer licenciamentos de ocupação de via pública. Deixaram de fazer tudo isso porque a Lei n.º75/2013 determina que existe o Balcão do Empreendedor - Licenciamento Zero e que isso é tudo tratado pela Câmara. Criou-se aqui um vazio porque as pessoas chegam à Câmara e não conseguem ter o verdadeiro licenciamento de ocupação de via pública, apenas lhe passam uma declaração. Nem sequer confirmam em muitos casos se as pessoas têm ou não seguro de responsabilidade civil quando querem colocar um andaime. Isto foi transmitido ao Sr. Presidente da Câmara, bem como os constrangimentos que esta situação estava a criar. O Executivo tem trabalhado arduamente nesta situação para que consigam a partir de Janeiro estabelecer na Junta o Balcão do Empreendedor. Esse contacto já está realizado, já foi contactada a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) que tem estado em contacto permanente com a Câmara Municipal porque estão lá a tentar instalar esse balcão e até estranharam que a Câmara não tivesse transmitido à Junta essa situação. Estão a fazer um caminho paralelo à Câmara e com o conhecimento do gabinete do Sr. Presidente da Câmara de que estão a fazer isto. Isto não invalida que o trabalho feito até agora de redução de taxas, vem de encontro às taxas que a Câmara publicou há poucos dias e às razões que a Câmara reflecte no seu documento. Este documento, não estando a Junta em articulação com a Câmara, foi exactamente no mesmo caminho pois tiveram a mesma percepção daquilo que a Lei dos Compromissos estabelecia e que a Câmara já reflecte na sua Tabela de Taxas e Licenças. Há um pormenor jurídico que a seu tempo deverá tratar, até porque terão que fazer uma nova tabela de taxas quando for aqui instalado o Balcão do Empreendedor. Soube hoje na reunião da Anafre onde estive presente, que devem fundamentar na tabela de taxas a razão da elaboração do preço. Atendendo a que as Juntas não têm muito à vontade neste tipo de trabalho e de fundamentação, nem capacidade para o fazer em termos de pessoal, poderiam perfeitamente ir "beber" daquele regulamento que a Câmara já aprovou e facilmente essa fundamentação se podia aplicar à Junta de Freguesia. Foi o parecer que lhe foi hoje transmitido na reunião da Anafre onde estive presente em representação da Junta de Freguesia. Este ponto vem no sentido de facilitar no âmbito de um compromisso que tiveram com todos os comerciantes de lhes tentar ajudar, facilitar a conseguirem ter o seu negócio, a conseguirem produzir e a fazer algo que não os levasse à falência.-----

---O Sr. João Trindade disse que há uma questão de terminologia entre aquilo que está inscrito no ponto 5 da ordem de trabalhos e aquilo que vem na proposta do próprio Executivo. Na primeira fala-se na aprovação de proposta de 2.ª Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e no documento diz proposta de alteração à Tabela de Taxas e Licenças em vigor e não faz referência ao regulamento. Há aqui uma gaffe. Quanto à intervenção do Sr. João Conceição, há uma motivação do Executivo com esta proposta de solucionarem aquilo que para o Executivo foi reconhecido como um problema com a perspectiva de no futuro virem fazer nova actualização destes valores ou apresentarem uma nova tabela. Gostava de saber se foi isso que o Sr. João Conceição pretendeu dizer.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que conhece o problema que está por detrás desta alteração. Está de acordo, ele nasceu no Executivo anterior, nasceu nos Executivos do

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

PS, foi colocado em cima da mesa aquando da sua saída e como tal está dentro do espírito da alteração. Mas não está de acordo com algumas coisas que foram ditas, nomeadamente que a multinacional tentou pagar mas não conseguiu. A multinacional pediu a renovação de um conjunto de painéis que depois não queria pagar porque se enganou na renovação e a Junta não permite alterar aquilo que foi o pedido inicial da empresa. E a empresa a seguir fez chantagem: ou é assim ou retiramos todos os painéis. O Executivo o que fez foi tentar encontrar uma solução alternativa. Se a empresa tivesse olhado para a tabela de taxas, esta questão não se teria colocado. Dizer que o Executivo paralisou o processo, que não recebeu e que por isso a senhora não pagou as verbas não é correcto. A senhora veio à Junta, foi recebida várias vezes, houve vários contactos, várias tentativas de resolver. A última proposta onerava o orçamento da Junta de Freguesia. O Sr. João Conceição disse que ficou a saber hoje que é necessário fundamentar o preço na tabela de taxas para as novas propostas. Isso já hoje acontece. O regulamento desta tabela de taxas em 2011 já estabelecia a forma de cálculo dos montantes. Se pedir à tesouraria, há um conjunto de pastas de dimensão significativa onde está a aplicação de todas as formas de cálculo para chegar a cada um dos valores. Essa aplicação foi feita porque, nos termos da lei que estabelece as taxas para as freguesias, é dito que para chegar a essa ideia de que o valor a cobrar é o valor efectivo do custo que resulta do trabalho e dos gastos que a freguesia tem para prestar um determinado serviço, é preciso uma fundamentação económica e financeira. Estando perfeitamente ciente do que está por detrás desta proposta de alteração, a verdade é que na opinião do PS, esta proposta carece de duas coisas que não estão aqui. Em primeiro lugar, que o Executivo a tivesse colocado em discussão pública. Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal e as Juntas fazem isso. O órgão executivo que tem a competência para propor a esta Assembleia as alterações aos regulamentos externos tem que, antes de propor, fazer um período de discussão pública de 30 dias. Crê que não tiveram tempo, pois tem que ser publicado em Diário da República. Em segundo lugar, falta a fundamentação económico-financeira. A proposta de redução é de 15% mas porque não 16, 10 ou 20%? Tem que haver uma fórmula para explicar que, com o licenciamento zero, a Junta deixa de ter que fazer determinados passos e que por conta disso o trabalho vai ficar mais barato. O trabalho que desenvolve para licenciar os outdoors pode ficar mais barato e isso não é explicado. Tem algumas dúvidas que seja possível, a não ser pela bondade que foi explicada do Executivo de não prejudicar a actividade comercial na freguesia, que seja possível reduzir os custos. A mesma lei estabelece como critérios para a definição das taxas, custos directos e indirectos. Sabe que para o ano os custos indirectos da Junta com a Caixa Geral de Aposentações vão aumentar 5%, o que vai encarecer indirectamente a execução das taxas. No mesmo regulamento, um dos pontos que já hoje é utilizado para calcular o valor das taxas é o número de trabalhadores. O número de trabalhadores também já sofreu alterações pois têm hoje menos funcionários do que tinham em 2011 quando a tabela foi feita. A ideia é boa, percebem-na, estão solidários mas o documento não está em condições de ser votado hoje. Não está em condições porque faltam dois pontos que são fundamentais do ponto de vista legal e que podem levar à impugnação das taxas cobradas em momento seguinte. Por outro lado, há a questão da oportunidade desta alteração. Percebem-na do ponto de vista dos operadores de publicidade, mas a verdade é que a Lei n.º 75/2013 só atribui esta delegação à Junta depois de assinado o tal acordo de delegação de competências de que teve conhecimento hoje de manhã, pois estive na reunião enquanto funcionário da Câmara Municipal. O novo acordo de delegação de competências que a Câmara firmará no âmbito da Lei n.º 75/2013 tem

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

que vir à Assembleia de Freguesia para ser aprovado. Está em crer que no final de Janeiro terão que marcar uma sessão da Assembleia de Freguesia Extraordinária para aprovar esse acordo. A sua proposta é que o Executivo retire este ponto, que o trabalhe dentro desta lógica da discussão pública e que na Assembleia extraordinária o ponto venha devidamente fundamentado. Assim como está, mais do que votarem contra, existe a possibilidade de poder ser impugnável por qualquer pessoa a que a Junta cobre uma taxa. Na introdução que é proposta, e que o Sr. João Conceição explicou como uma situação que também era do conhecimento do PS, a associação que representa estes empresários o que queria era que eles enquanto não tivessem publicidade durante um ano não pagassem nada e a proposta não diz isso em concreto. Quem lê a proposta de alteração e o texto não percebe porque é introduzido mais um capítulo. Tem uma justificação mas não consta, não é clara. O protocolo foi caducado pelo Presidente da Câmara porque a lei a isso obriga. Os protocolos de delegação de competências têm que ser todos revogados com a entrada em vigor da nova lei e dos novos executivos. Não foi caducado porque o Presidente da Câmara lhe apeteceu caducar. Houve uma proposta em reunião de Câmara no sentido de prolongar o que existia para os meses de Novembro e Dezembro de modo a não deixar "descalças" as freguesias do concelho de Vila Franca. Por aquilo que percebeu da intervenção do Sr. João Conceição, gostaria de saber se este prolongamento mantém nas Juntas a delegação de competências na área da varrição, manutenção de zonas verdes e conservação do espaço público, mas retira tudo o que é cobrança de taxas.---

---O Sr. Presidente da Junta deu a palavra ao Sr. João Conceição para prestar mais alguns esclarecimentos.-----

---O Sr. João Conceição disse que sendo o Sr. Ricardo Teixeira funcionário da Câmara Municipal, ser-lhe-á muito fácil saber a resposta à dúvida levantada. O protocolo foi caducado. Referiu que foi o Sr. Presidente da Câmara que o caducou mas nunca disse que foi por sua iniciativa. Certamente já teve conhecimento do teor da exceção criada para efeitos do pagamento daquilo que é a manutenção das zonas verdes e varrição. Essa exceção até foi mais do que para Novembro e Dezembro. Vai ser prolongada pois o prazo para a negociação do futuro contrato de execução são 180 dias. Por este motivo, pensa que a dúvida do Sr. Ricardo Teixeira já estava esclarecida, mas não se importa de voltar a dizer aquilo que este já sabe. Esta proposta não visa alterar o regulamento. Quando estavam a trabalhar neste documento, foram apanhados com a declaração dizendo que estava tudo revogado mas abriam a exceção só para a varrição e afins. Nenhuma nova taxa de publicidade deveria ser emitida. Nessa altura, não se sabia os prazos de contrato de execução e isso começou a criar por parte dos operadores económicos uma grande dúvida "como é que eu faço em Janeiro porque quero pagar as minhas licenças e a quem é que eu vou pagar?". O Executivo naturalmente não ia caducar as licenças todas. Preferiram, mesmo parecendo que estão a fazer um trabalho que não tem grande produtividade no futuro, porque estão aqui no sentido de dar um sinal à própria Câmara Municipal e a todos os agentes económicos que a Junta de Freguesia está a caminhar no sentido de ficarem com taxas mais baixas. Quanto aos 15%, se o Sr. Ricardo Teixeira for lá consultar a fundamentação do preço da Câmara Municipal, verá que os valores não estão muito diferentes do que está aqui em termos da redução dos 15%. Foi no sentido de dar um sinal que a Junta queria contribuir para os agentes económicos que operam na freguesia. Podem retirar o ponto, deixam isto como o PS deixou. Esta é a segunda alteração porque nunca houve mais nenhuma. Podem deixar tudo como está, como o PS sempre gostou de deixar, e não dão sinal nenhum a ninguém, nem aos agentes económicos, nem se debruçam minimamente sobre isto e tentam aqui enquanto

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

assembleia melhorar um pouco o próprio documento. Hoje não podem cobrar nenhuma licença, mas no dia 03 de Janeiro se já cá tiverem o balcão do empreendedor têm que começar um novo caminho. Já deram um sinal aos agentes económicos mesmo antes de saberem se tinham ou não a possibilidade de ter o balcão do empreendedor, de ficarem ou não com a publicidade, e é relevante que fiquem, pois a questão da empresa que referiu há pouco tem tudo a ver com isto. Tem um e-mail em sua posse e o Sr. Ricardo Teixeira sabe bem o tipo de negócio que foi proposto àquela empresa – eram dez painéis e o décimo primeiro era oferecido à Junta e a Junta pagava 1650€ por esse painel e praticava o preço mais baixo. É isso que está no e-mail que tem em sua posse, entre outros e-mails que lá estão e que ficaram paralisados no computador do Sr. Ricardo Teixeira uma série de meses, entre cabimentos que faltam. Tem um e-mail enviado pelo Sr. Ricardo Teixeira a uma funcionária no dia 30 de Novembro no qual é dito *“Conforme conversa anterior, junto remeto os cabimentos feitos para os procedimentos da Oásis Parcela e Hobrirega de modo a salvaguardar os trabalhos até ao final do corrente ano. São apenas para colocar na pasta respectiva. Já imprimir e entregar devidamente assinados com o resto da documentação.”* Ou seja, o Sr. Ricardo Teixeira tem cabimentos em casa para vir entregar à Junta que deveriam estar numa acta de reunião de Junta. Não se vai alongar mais porque o resto fica para depois.-----

---O Sr. José Machado disse que quanto ao mérito desta proposta que vem à Assembleia de Freguesia, de facto verifica-se uma redução das taxas de outdoor que anda na linha daquilo que é o praticado pela Câmara Municipal e que procura não onerar de uma forma injusta a empresa ou pessoa singular que, por qualquer motivo, tem um conjunto de painéis mas que não tem publicidade no momento, tratando-a de forma diferente daquela que tem publicidade afixada. Parece-lhe da mais elementar justiça. Parece-lhe claro que esta medida desenvolvida pelo actual Executivo mais não visa do que estimular a actividade económica. Estimular a actividade económica por um lado, apoiando, não de uma forma directa mas de uma forma indirecta, favorecendo aqui um conjunto de empresas que estão com graves dificuldades financeiras e que como viram tinham que meter mais outdoors e estruturas similares e análogas na respectiva área geográfica da freguesia para daí conseguirem extrair alguma vantagem útil em termos económicos face à tabela de taxas. Parece-lhe que não deve uma tabela de taxas gerar uma situação num planeamento fiscal que possa conduzir a uma situação abusiva e nesse sentido saúda este mérito do Executivo. Não lhe parece, atendendo à conjuntura económica, à defesa dos postos de trabalho e ao desenvolvimento de uma actividade que tem um particular relevo no nosso país, e que se diga que no concelho essas tabelas e taxas são das mais elevadas do país num juízo comparativo ou valorativo efectuado para o efeito. Assim, só se pode concluir que é uma medida acertada que peca, se calhar, por tardia. Basta a fundamentação que o Executivo deu, é disso exemplar que entronca com a questão da caducidade das licenças. Foi agora divulgada uma informação que lhe parece deveras relevante que é a questão de não haver despesas cabimentadas e haver documentos que não estão na posse da Junta. Muito estranha o que é que fazem documentos fora do edifício da Junta. Este é um primeiro dado que é inequívoco. Segundo, se saíram da Junta porque é que saíram? A sair da Junta, foi com que objectivo? Será que esses documentos depois voltam a ser restituídos nas mesmas condições em que foram retirados? Quanto às despesas não cabimentadas, a afirmação foi proferida pelo Executivo mas não lhe deixa de causar alguma perplexidade política porque, em bom rigor, crê que nesta sala todos sabem as consequências que podem advir de serem assumidas despesas que não estejam devidamente cabimentadas em termos contabilísticos da própria Junta.----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que deixa a lavagem de roupa suja para quem a faz. A aplicação informática da Junta tem os cabimentos todos registados e os compromissos devidamente registados. Não há nenhuma despesa feita sem cabimento prévio, não foi isso que foi dito pelo Sr. João Conceição. Felizmente que esses registos existem e estão devidamente sustentados na aplicação informática. Quanto ao resto da lavagem de roupa suja, diria que há um conjunto de questões que, de repente, saltam para cima da mesa nesta altura do campeonato. A questão das quatrocentas reclamações vem um pouco a atalho de foice. Na realidade, a população de Vila Franca entendeu eleger a CDU para resolver os problemas que aparentemente o PS não foi capaz de resolver – então resolvam-nos, sejam capazes disso. De qualquer maneira, estão disponíveis para esclarecer essas questões todas. Não sabe onde é que o Sr. João Conceição acha que ele trabalha. Trabalha na Câmara Municipal mas não trabalha em nenhum gabinete que lhe permita ter acesso a essa informação. A pergunta que fez foi uma pergunta absolutamente sincera. Não foi à reunião de Câmara, não é vereador, nem está em nenhum gabinete de apoio. Esse tipo de informação não circula pelos trabalhadores da Câmara. A pergunta foi por isso clara e transparente. A única coisa que sabe é que a situação seria prolongada para Novembro e Dezembro para salvaguardar as questões financeiras, nomeadamente o pagamento dos vencimentos dos trabalhadores associados às delegações de competências. E que resultaria daí que o novo acordo a assinar sairia em Janeiro. Como a lei obriga a que esses acordos sejam aprovados em Assembleia de Freguesia, daí a sua ideia de que teriam que ter uma Assembleia Extraordinária para aprovar o novo acordo que vem ser proposto às Juntas de Freguesias. Não há aqui nenhuma interpretação escondida. Compreendendo e estando de acordo quanto à bondade da proposta, o que disse é que do ponto de vista legal, nos termos da lei que permite a criação de taxas e do código do procedimento administrativo, falta cumprir dois pressupostos para que possam votar hoje a proposta, sob pena as taxas serem implementadas e as entidades a quem as cobrarem virem impugnar a cobrança das mesmas. Podem dizer-lhe que querem manter, que o Executivo tem a maioria nesta casa e vão levar isto avante. O PS votará contra, fará uma declaração de voto explicando porque é que votou contra. De hoje para amanhã, poderá haver uma impugnação. Volta a perguntar porquê 15% de redução e não 20 ou 25%? Dizem que é por comparação com a Câmara Municipal. Mas a Câmara Municipal no ano passado, na alteração que fez à tabela de taxas, veio beber valores referentes à ocupação de via pública às tabelas das Juntas e à da Junta de Freguesia de Vila Franca porque de repente encontrou ali uma abertura que lhes podia dar algum jeito quanto a alguma espécie de ocupação de via pública. Se calhar as tabelas são semelhantes por isso. O que sabe é que efectivamente a legislação em causa diz que tem que haver uma fórmula de cálculo. Ela está definida no regulamento. É proposta uma redução face a essa fórmula de cálculo sem explicar porque é que se atinge esse valor.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que a forma como as bancadas intervêm são da sua inteira responsabilidade. Limitar-se-á a cumprir com o regulamento de funcionamento da Assembleia.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Miguel Falcão que disse que, independentemente de haver este vazio legal de não se saber quem é que cobra as taxas, é sempre bom adiantar caminho e ter as coisas preparadas para que na altura em que for preciso apresentar e cobrar, esteja tudo pronto. A questão da fundamentação da forma de cálculo das taxas levantada pelo Sr. Ricardo Teixeira parece-lhe importante. Uma vez que se vai alterar o regulamento e a tabela, se houvesse por parte do Executivo

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

disponibilidade para retirar o ponto e se poder fazer o regulamento de acordo já com as novas directrizes, pensa que seria melhor.-----

---O Sr. José Machado disse que foi aqui dito pelo Sr. Ricardo Teixeira que não iria entrar numa situação de lavagem de roupa suja. Da parte da CDU ninguém entra em lavagem de roupa suja. Fez-lhe quatro perguntas das quais não obteve nenhuma resposta. Não estão a lavar roupa suja. Inclusivamente saúdam a intervenção do Sr. Vítor Batalha na sua tomada de posse onde fez questão de salientar que pretendia uma discussão séria e honesta dos assuntos. Porque a informação veio do Executivo, fez quatro perguntas. A dignidade e probidade da bancada da CDU não se medem pelas intervenções que fazem, mas sim pela ofensa eventual que daí possa surgir. A lavagem de roupa suja é um conceito que a bancada da CDU não defende, nem partilha.-----

---O Sr. João Trindade disse que estão no início de um mandato de quatro anos. A legalidade é essencial sobretudo aquela onde o PS pode deliberar sobre coisas que lhe parecem que não respeitam a mesma.-----

---O Sr. Presidente da Junta sugeriu que o ponto fosse retirado e irão aguardar pelo balcão do empreendedor. Oportunamente, farão uma proposta de regulamento em conformidade.-----

---O Ponto 5 foi então retirado da ordem de trabalhos.-----

---Entrou-se no Ponto 6: Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimentos, do Plano de Actividades, do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia e do Orçamento da Receita e da Despesa, para o ano de 2014.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia informou que, por norma, discutem o ponto na sua globalidade e a votação será em separado, caso concordem com essa metodologia.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que o documento é explícito relativamente aos objectivos. Existem custos a que não podem fugir e as verbas que estão consignadas e para as quais não há alternativa representam cerca de 90% do orçamento, sendo que têm cerca de 5% para investimentos. Está disponível para responder às questões das bancadas.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que no plano de actividades não é referido, mas depois é sugerido no plurianual de investimentos e no orçamento da despesa, um contrato para uma eventual locação financeira para aquisição de um veículo utilitário de apoio. Queria perceber que veículo é este e qual o seu intuito. Relativamente ao Centro Gastronómico, é dotada a rubrica apenas com 1000€. Gostaria de saber se o contrato em vigor com o empreiteiro foi caducado ou não, pois existe um compromisso assumido que, independentemente de ser ou não executado, deveria estar aqui reflectido. Quanto à reparação de parques infantis, têm 7500€. Tendo em conta o investimento que foi feito no ano de 2013, gostaria de saber a que é que este investimento diz respeito, se há a expectativa da Câmara delegar algum parque infantil, ou se se trata de alguma intervenção nos dois parques que ficou por fazer. No orçamento da receita é definida nas receitas de capital uma verba por transferência da Câmara Municipal no valor de 50.000€. Uma vez que nos termos do Pocal aquilo que é explicado é que estes valores só podem ter reflexo havendo um compromisso assumido por parte da Câmara Municipal, gostaria de saber se esta verba diz respeito a algum acordo que já esteja em vigor e como é que chegaram a este valor.-----

---O Sr. José Machado disse que no plano plurianual de investimentos destaca três grandes medidas do Executivo e que se vêm aqui reflectidas com alguma acuidade designadamente, a questão do Centro Gastronómico de Povos não ter mais canalizado qualquer euro para este projecto ainda que a rubrica fique aberta em relação ao investimento possível. Outra das medidas que julga pertinente e relevante é a

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

aquisição de um veículo utilitário de apoio que lhe parece que seja um veículo relevante para o serviço prestado pela Junta de Freguesia. Pugna e apoia esse investimento que é feito pela Junta pois muito possivelmente versará sobre uma qualquer actividade e à partida presume que é vantajoso. O investimento quanto à conservação e beneficiação de fontanários e miradouros parece-lhe manifestamente uma clara aposta do Executivo em querer valorizar e preservar o património histórico da freguesia. Têm um conjunto de miradouros e fontanários que constituem o património histórico e alguns já com largas dezenas de anos e que nalguns casos estão num estado de conservação completamente deplorável, noutros justifica-se uma reparação muito célere. É de salientar esta medida política do Executivo da Junta em querer preservar o património histórico, cumprindo também aquilo que foi o seu programa eleitoral sufragado nas urnas. Quanto ao plano plurianual de actividades, destaca um aumento em cerca de 1000€ face ao movimento associativo e em comparação ao plano plurianual de actividades do anterior mandato revela uma maior preocupação deste Executivo com as colectividades e associações que compõem o movimento associativo da cidade. Destaca ainda a reactivação das comemorações do 25 de Abril com outro tipo de apoio financeiro e onde lhe parece que há também aqui uma medida que se afigura justa. Quanto ao orçamento, e fazendo um juízo comparativo entre execuções orçamentais sobretudo nos anos anteriores, constata que há uma diminuição de 34.000€ a propósito da transferência dos fundos por parte da administração central para a administração local. Parece-lhe que esta diminuição da receita é possível conduzir a uma situação de diminuição daquilo que decorre das transferências do Estado da administração central. Regista que, não obstante os investimentos que vão ser feitos, este orçamento decorre de um maior investimento havendo ainda uma diminuição putativa da receita. Quanto à despesa, parece-lhe que uma vez mais as despesas de capital são bastante elevadas, absorvendo quase 80 a 90% daquilo que é o orçamento da Junta, o que permite extrair que a margem para eventual investimento esteja desenquadrada daquilo que são as despesas fixas, deixando apenas à Junta um investimento de cerca de 60.000€. Estes 60.000€ são o valor que a Junta tem para investir. Ainda assim, congratula-se com a recuperação do património histórico da freguesia, com a aquisição do veículo utilitário, com o aumento do apoio ao movimento associativo e também com algumas das propostas que vêm aqui, não com a mesma densidade mas, por exemplo, a questão da reorganização do trânsito da cidade quanto ao estacionamento, disciplinando a marcação dos respectivos lugares. Há também uma melhoria das condições de trabalho com o vestuário e artigos pessoais dos trabalhadores da Junta e ainda em termos de acções formativas. Sublinhou ainda a manutenção e conservação de zonas públicas e espaços verdes. Este é um orçamento que prima pelo rigor na medida em que não tem uma diferença entre a receita e a despesa. É um orçamento que é superavitário. Um plano plurianual de investimentos e um plano plurianual de actividades que reflectem as principais opções políticas que este Executivo e a CDU se propuseram ao eleitorado. Saúda que com um mês e meio de mandato já estejam a ser implementadas, num tão curto espaço de tempo, um conjunto de medidas que são necessárias e sentidas pela população e que se apropriam e adequam àquilo que são as necessidades mais prementes da freguesia.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse relativamente à aquisição do veículo utilitário que tem a ver com a capacidade de responder em tempo e de uma forma mais condizente com as necessidades da cidade em questão de calcetamento. Não faz sentido que numa freguesia como esta, com as especificidades que tem e com muitos metros quadrados de calçada, que assistam a um calceteiro que anda com um carrinho de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

mão e quando é preciso fazer uma deslocação maior dentro da cidade ou nas zonas limítrofes, tem que levar um carro com ele e um motorista. O calceteiro não tem carta de condução e por isso acharam que seria uma boa opção ter um carro que lhes permitisse uma mobilidade que naturalmente se vai traduzir num maior rendimento no seu trabalho e numa maior exigência na forma como faz esse trabalho. Deu a palavra ao Sr. Manuel Cavacas para responder às restantes questões colocadas pelas bancadas.-----

---O Sr. Manuel Cavacas disse que quanto ao Centro Gastronómico, e uma vez que neste momento ainda não há uma definição concreta do que é que se irá fazer nesse espaço, optaram por deixar lá a rubrica com 1000€, basicamente para manterem a rubrica aberta na eventualidade de se fazer algum tipo de intervenção ou tomar-se uma opção sobre o destino a dar a esse projecto. Relativamente aos parques infantis, a verba que está estipulada é para recuperação. Há um parque infantil em Povos que está muito degradado. Essa verba é para reabilitação dos parques. Quanto à receita de capital, aquela verba era uma transferência de capital por parte da Câmara que era uma transferência indirecta, fruto de um protocolo com a Cimpor. Como não lhes foi dado qualquer sinal de que o mesmo tinha expirado ou que não iria ser renovado, optaram por, à imagem de anos anteriores, colocá-lo no orçamento. Não têm a certeza de que irá ser transferido, mas também não têm a certeza de que não seja. Por uma questão de prudência, optaram por manter a rubrica aberta sobretudo na óptica da receita.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que resulta daquilo que lhes foi transmitido em Reunião Inter-Autarquias pelo Sr. Presidente da Câmara. Houve a manifestação de alguma preocupação do conjunto de todas as freguesias do concelho no sentido de que a Cimpor não deveria, pela sua responsabilidade social no concelho, retirar esse apoio. As intervenções nessa altura foram todas no sentido da Câmara defender acerrimamente a manutenção desse apoio. Não havendo certezas, optaram pela manutenção da rubrica esperando que esse apoio se mantenha durante o ano de 2014.-----

---O Sr. Vítor Batalha disse pensar que na rubrica 04.07 que diz respeito à quotização, no valor dos 7000€ estará englobado o valor para a Escola José Falcão. Dado o trabalho meritório que tem vindo a desenvolver, e durante a campanha quer o PS quer a CDU manifestaram algum desconforto por a verba ser pequena para o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, gostaria de saber se a verba sofreu alguma alteração.---

---O Sr. Manuel Cavacas disse que houve um reforço de 1000€ em relação ao ano transacto.-----

---O Sr. Ricardo Teixeira disse que gostou de ouvir os elogios a este orçamento e a este PPA, pois tirando quatro rubricas o orçamento que hoje é proposto é exactamente igual ao que foi chumbado o ano passado. Há um conjunto de diminuições pontuais num conjunto de rubricas. Estão fechadas as rubricas que eram das locações de material informático e equipamento electromecânico. Está aberta a rubrica para a aquisição de viatura. O resto é exactamente igual, até por exemplo, na rubrica da formação com a nuance de que a proposta de há um ano atrás tinha mais 500€ do que a actual. Foi um documento muito semelhante a este que há um ano foi chumbado nesta casa. Do orçamento saem os planos. Podem discutir a questão que está subjacente aos planos. No caso concreto, não há grandes diferenças no PPI e no PPA. Uma das questões nesta intervenção final que levará a que a bancada do PS se abstenha nesta votação, apesar do documento ser quase que o seu, é que há um conjunto de valores que têm algumas dúvidas que possam ser atingidos, de resto é a mesma argumentação que foi utilizada há um ano para chumbar, quer pela CDU quer

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

pelo BE, quer pelo PSD. Foram questionadas há um ano a capacidade de gerir, gerar um conjunto de receitas e executar um conjunto de despesas. O PS não teve oportunidade porque esta casa resolveu chumbar o orçamento. É uma decisão democrática, como é democrático o sentido de voto do PS que sustentará esta abstenção numa declaração de voto que fará chegar à Mesa da Assembleia para ser depois apensa à acta. Teve a preocupação de ir ver alínea por alínea, rubrica por rubrica. Há de facto uma redução nos valores que resultam daquilo que é também uma redução das receitas. Hoje está ainda mais convicto de que o documento que foi apresentado há um ano merecia ter passado nesta Assembleia e ter permitido ao Executivo terminar o mandato, não em duodécimos, pois essa figura não se aplica à administração local, mas com o orçamento do ano anterior que não lhes impediu de trabalhar mas lhes criou algumas limitações até do ponto de vista do entendimento daquilo que era o documento que estava em vigor e que depois veio a esta Assembleia para inserção da revisão. A bancada do PS quer com este voto permitir de alguma maneira que a CDU possa ter as condições para gerir a freguesia como o PS não teve no último ano e que saiba fazer uso desse orçamento e desta aprovação que se percebe que vai acontecer em prol da freguesia de Vila Franca.-----

---O Sr. José Machado disse que não vai discutir as razões pelas quais o último orçamento da Junta de Freguesia não foi aprovado. Este orçamento não é semelhante ao anteriormente apresentado. Há uma diminuição do Fundo de Financiamento das Freguesias na ordem dos 34.000€ o que afigura uma diminuição significativa da receita da própria Junta. Por outro lado, vêm-se aqui medidas políticas concretas. Não houve no orçamento apresentado na última vez, até porque o PS sempre teve uma postura de não querer dialogar e de querer gerir contra tudo e contra todos, e como tal não pode esquecer nem ignorar esse facto. Há essa diminuição do Fundo de Financiamento das Freguesias, há uma clara aposta na manutenção dos espaços verdes, na manutenção e melhoria do património natural da freguesia, nomeadamente com os miradouros e fontanários. Há também um investimento nos equipamentos para o pessoal e despesas com acções de formação. São elementos mais do que suficientes para justificar que este orçamento não é similar ao anteriormente apresentado. Cerca de 90% do orçamento está absorvido para despesas fixas, sobrando apenas 10% para investimento, o que equivale a cerca de 60.000€. O que há aqui é uma afectação diferente dos recursos existentes e por outro claras apostas políticas que o último orçamento não evidenciava. Os tais protocolos que hão-de ser estabelecidos entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para o antigo regime de delegação de competências, que agora passa a ser por contrato, ainda não estão aqui previstos. Muito possivelmente aquilo que vai acontecer é que este orçamento terá que vir a ser objecto de uma outra alteração, na medida em que faça contemplar aqui as eventuais delegações de competências que venham a ser convencionadas e as respectivas despesas ou receitas para executar essas mesmas competências. O orçamento não é igual ao anterior. Há claras apostas políticas que não transpareciam do anterior orçamento e que por isso foi rejeitado.-----

---Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação o Plano Plurianual de Investimentos tendo sido aprovado por maioria com 6 votos favoráveis da CDU e 7 abstenções (5 do PS e 2 da Coligação "Novo Rumo").-----

---De seguida, foi colocado a votação o Plano de Actividades que foi aprovado por maioria com 6 votos a favor da CDU e 7 abstenções (5 do PS e 2 da Coligação "Novo Rumo").-----

---Foi colocado a votação o Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia o qual foi aprovado por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

---O orçamento de receita e despesa para o ano de 2014 foi também colocado a votação tendo sido aprovado por maioria com 6 votos a favor da CDU e 7 abstenções (5 do PS e 2 da Coligação "Novo Rumo").-----

---O Sr. Miguel Falcão pediu a palavra para fazer uma declaração de voto (EM ANEXO).-----

---O Sr. Presidente da Junta agradeceu a forma elevada com que o Sr. Presidente da Assembleia conduziu os trabalhos. Agradeceu também a todas as bancadas a forma mais ou menos cordata com que os trabalhos decorreram. Pessoalmente, não lhe move nada contra qualquer dos eleitos presentes na sala. Tem para com todos uma relação de respeito absoluto de que não abdica em circunstância alguma. Apesar de algumas diferenças que os separam, têm com certeza mais coisas que os unem. Gostaria de deixar expressa esta sua opinião. Naturalmente estão em campos diferentes em termos políticos, têm opções diferentes mas o que importa sublinhar nesta noite foi a forma elevada com que os trabalhos decorreram agradecendo os contributos de todas as bancadas. Agradeceu também o estoicismo dos presentes na Assembleia, sendo que seria muito bom que nas próximas sessões tivessem a mesma quantidade de público. Desejou ainda a todos os presentes e respectivas famílias um Feliz Natal.-----

---De seguida, passou-se à leitura da acta em minuta a qual foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.-----

---A sessão foi encerrada pelas 01h45.-----